Título: Relatório de Consulta Pública

Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania
Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Cardoso

Data: junho de 2023

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 3

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 3

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 3

5. ANÁLISE CONSULTA PÚBLICA 4

ANEXO I

- Exposições recebidas

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual (RJAIA) procedeu-se à Consulta Pública do projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV.

O proponente é a REN – Rede Elétrica Nacional, SA

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de **4 de maio a 15 de junho de 2023**.

• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação, relativa ao processo, foi disponibilizada para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da documentação, relativa ao processo, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte e Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **23 exposições** provenientes das seguintes entidades e particulares:

- Direção-Geral do Território (DGT);
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Junta de Freguesia de Romariz;
- Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal;
- Quadrante Solene Unipessoal, Lda.;
- Escuteiros Agrupamento 1048;
- Romariz F. C.;
- Caminharte Romariz;
- Associação Voltado a Poente;
- Catorze cidadãos.

A **DGT** informa que todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território.

Refere que a RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.

Relativamente à RGN, refere que deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

Da análise da localização do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira a 400 kV", verificou que embora dentro do corredor da linha exista um vértice geodésico, denominado "Pedra Má", pertencente à folha 13-D da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela DGT, desde que seja respeitado a zona de proteção deste marco.

No que respeita à RNGAP, informa que não existem marcas de nivelamento dentro da área de intervenção daquele projeto.

Refere que a cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

Refere, ainda, que a representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

Face ao exposto, o parecer da DGT é favorável condicionado, devendo ser respeitado o mencionado no que diz respeito à Rede Geodésica e no pressuposto do cumprimento no que se refere à Cartografia e aos Limites Administrativos.

A **Câmara Municipal de Santa Maria da Feira** refere o seguinte:

- O traçado da linha, no corredor sul, no concelho de Santa Maria da Feira, atravessa áreas classificadas no PDM em vigor, como Espaços Florestais, Espaço de Atividades Económicas e Espaços Urbanos que a rodeiam, alguns dos quais, no processo de revisão do PDM em curso e por referência aos critérios de classificação e reclassificação do solo impostos pela lei, serão reclassificados como Solo Rústico.
- Embora se afirme que os valores limite de exposição ao ruido e aos campos eletromagnéticos derivados estão em conformidade com a legislação aplicável, para mitigar os efeitos/impactes na saúde humana, a construção e exploração desta infraestrutura deverá mobilizar o conhecimento cientifico mais progressista e os melhores recursos tecnológicos;
- O projeto terá, também, efeitos negativos e permanentes na área a ocupar pelos apoios das catenárias. A implantação daqueles apoios na área classificada como Espaço de Atividades Económicas, compromete a construção das unidades empresariais previstas e, face às restrições de ocupação do solo exigidas pelo regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão atualmente em vigor, deve ser estudada uma solução que garanta o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança da flecha máxima, de modo a que o apoio que recai sobre a frente urbana de Espaço de Atividades Económicas de Romariz possa ser desviado cerca de 70 metros para Nordeste, de forma a não comprometer a edificabilidade prevista neste espaço e não comprometer igualmente o espaço de equipamento adjacente (estádio do Romariz FC).
- O EIA não prevê medidas de minimização durante a fase de exploração. Considerando que as ações de desmatação, desarborização, escavações e terraplenagens previstas irão conduzir à destruição de espécimenes de flora, que embora a maioria corresponda a espécies de baixo valor ecológico e algumas de cariz exótico invasor, foram também identificadas espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) como o tojo-arnal, borrazeira-branca e sobreiro, podendo o impacte de destruição ser significativo.
- A abertura de uma faixa de proteção da linha elétrica, que consiste numa faixa de 45m (22,5m para cada lado do eixo da linha), irá permitir a proliferação das espécies invasoras, que poderão passar a ocupar também as áreas onde antes se encontravam espécies RELAPE e áreas adjacentes à faixa de proteção. Assim, sugere-se que seja considerada a implementação de um

Plano de Gestão de Espécies Invasoras, também na fase de exploração, considerando as particularidades de cada local.

- Ao nível dos recursos hídricos superficiais, uma vez que a implementação do projeto atravessa algumas linhas de água, verifica-se a necessidade de prever medidas de minimização também na fase de exploração. Considerando que aquele tipo de atravessamentos nas linhas de água provocam, por norma, uma fratura no corredor ribeirinho com impacte na biodiversidade da galeria ripícola, sugere-se que seja previsto a implementação de um plano de gestão daquelas zonas de atravessamento ribeirinho, na fase de exploração, por forma a minimizar o efeito fraturante.
- Alerta também para o facto da existência de uma praia fluvial a jusante do projeto, Praia Fluvial da Mamoa, no rio Ul, Milheirós de Poiares. Aquela água balnear é anualmente sujeita a monitorização, entre os meses de junho e setembro. Conforme referido no EIA, as atividades de desmatação e decapagem da zona de instalação dos apoios e o abate de espécies arbóreas nas zonas onde é necessário garantir as distâncias de segurança as linhas (faixa de proteção) poderão contribuir para um acréscimo de fenómenos erosivos e, consequentemente para um potencial aumento de transporte de partículas de solo para as linhas de água mais próximas. Assim, considerando que o rio Ul é uma das linhas de água atravessada pelo projeto a montante da praia fluvial, deverão ser garantidas medidas de minimização específicas no período do verão, no sentido de não colocar em causa a época balnear.

A **Junta de Freguesia de Romariz** refere o seguinte:

- O projeto em análise será uma infraestrutura que trará impactes muito negativos e irreversíveis à freguesia de Romariz e concelho de Santa Maria da Feira;
- O desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentável deve estar devidamente estruturado num correto ordenamento do território, responsabilidade do Governo e das autarquias locais. É igualmente na Lei Fundamental da República Portuguesa que está definido o dever do Estado de proteger o meio ambiente e assegurar o correto ordenamento do território. O direito à propriedade está igualmente consagrado na Constituição da República, todos os atos praticados pelo Estado ou empresas por si tuteladas devem ter em conta esse direito respeitando sempre as disposições legais, assim como eventuais efeitos no património, quer privado quer público, que possa ser afetado ou desvalorizado por projetos de linhas de alta tensão;
- Sendo considerada uma das freguesias do concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores patrimónios naturais do concelho, a freguesia de Romariz possui uma diversidade de fauna e flora importante, com inúmeros recursos hídricos;
- Conforme o atlas do concelho de Santa Maria da Feira, Romariz é das freguesias que apresenta maiores índices de precipitação entre 1600mm e 2000mm de média anual, razão pela qual nasce o Rio Uima, afluente do Rio Douro cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros da sua nascente, para além de o Rio Ul receber várias linhas de água imediatamente a jusante à subestação (Monte Alto) assim como várias nascentes que abastecem reservatórios de Água da Concessionária IndaquaFeira que gere os serviços públicos municipais de abastecimento de água em Santa Maria da Feira;
- Localiza-se na freguesia de Romariz a estação arqueológica considerada imóvel interesse público. O Castro de Romariz é o povoado castrejo mais

expressivo da região de Entre Douro e Vouga, sendo um dos principais pontos históricos e turísticos do concelho de Santa Maria da Feira. Intervenções arqueológicas, sondagens de diagnóstico revelam que existem diversas fases, origens e evoluções de habitat onde parte da área de ocupação ainda está por descobrir estando no monte alto imediatamente a jusante a subestação uma possível zona com um espólio diversificado de um povoado fortificado datado do século V a.C., com ocupação até ao século I;

- O EIA revela "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem dúvida que os concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores índice demográficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser a alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação a subestação Paraimo. Deve ser através da correta articulação entre as várias entidades e da utilização correta dos instrumentos de gestão territorial que o futuro corredor da linha Recarei-Paraimo deve ser definido. O corredor deve aproveitar linhas de expansão já existentes, evitando entrar em conflito com zonas habitacionais, industriais e de proteção ambiental;
- Assim, as zonas envolventes às vias viárias devem ser utilizadas preferencialmente na definição deste Plano Sectorial de Ordenamento de Linhas de Alta Tensão garantindo o ordenamento do território, o ambiente e a paisagem, a saúde das populações, bem como o direito à propriedade privada;
- O impacte que a linha de muita alta tensão, terá na freguesia de Romariz promoverá a desertificação da freguesia, como já tem acontecido, no lugar de Duas Igrejas, onde é atravessado por várias linhas de muito alta tensão, e tendo outra projetada, devendo ser salvaguardada as necessidades básicas da população que ainda lá reside, assim como a defesa do património de interesse cultural.

O **presidente da Junta Freguesia** refere que se a opção mais viável for a Sul, encontram-se recetivos a colaborar em alguns ajustes que consideram pertinentes para poder minimizar o impacte que a infraestrutura poderá causar nas populações.

Refere, ainda, que gostariam de ter acesso ao parecer da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

A **Biond** refere que a solução de permitir subtrair área Florestal ao território não encontra qualquer fundamento do ponto de vista energético, económico ou ambiental.

Neste sentido, entende que a decisão final sobre o presente Projeto deverá:

- Não autorizar o arranque da área florestal em causa para a instalação da Linha promovendo a identificação de localizações alternativas na mesma região (que existem), sem utilização florestal ativa, que permitam alcançar os mesmos objetivos de carater energético e ambiental, mesmo que com um eventual sacrifício de uma pequena parte da rentabilidade do mesmo;
- Caso não seja possível considerar as localizações alternativas referidas, a decisão final em sede de EIA deverá impor como medida compensatória a instalação de povoamentos florestais idênticos aos que se prevê serem arrancados, em terrenos de aptidão idêntica para o tipo de exploração florestal em causa, e de dimensão pelo menos igual à área arrancada.

Refere que seria uma boa prática serem envolvidos todos os proprietários das áreas que vão ser afetadas com as infraestruturas, por exemplo, anexando declarações de conhecimento por parte dos primeiros anuindo (sem informação comercial sensível) na cedência, venda ou qualquer outro modelo das suas propriedades.

A **Quadrante Solene Unipessoal, Lda.** refere que o projeto em análise, passa por cima da Central Fotovoltaica de Romariz – CF Romariz (com licença de produção emitida), facto a que a promotora do projeto, Quadrante Solene, Unipessoal, Lda. nada tem a opor.

Contudo, refere que o local onde está prevista a colocação do Apoio n.º 4 da linha, corresponde a zona de implantação de painéis.

Considera que a alteração do local de colocação do Apoio n.º 4 solucionará tal questão, permitindo a coexistência da linha de muito alta tensão e da central fotovoltaica, estando esta sociedade disponível para colaborar na definição do novo local de colocação do referido Apoio

O grupo de escuteiros de Romariz, **Escuteiros Agrupamento 1048**, ao ter conhecimento do projeto supracitado vem questionar a CA acerca dos potenciais efeitos que o mesmo possa ter na atividade daquela associação.

Refere que o agrupamento ao longo do ano promove um conjunto de atividades no Monte Mó, pelo que a construção de mais uma linha elétrica poderá ampliar os efeitos cumulativos que aquele tipo de infraestrutura representa para o ecosistema e saúde humana.

O **Romariz F. C.** refere que existem impactes que inviabilizam o futuro da associação desportiva, uma vez que o terreno previsto para a expansão do campo de futebol ficará em grande parte impossibilitado para esse fim.

A **Caminharte Romariz** refere que promove caminhadas e passeios pedonais pelos trilhos florestais da Freguesia.

Refere que a instalação da linha 400 kv inviabilizará o futuro da associação uma vez que que a essência da associação é promover a saúde e bem-estar.

Refere que o relatório da Direção Geral de Saúde, "Exposição da população aos Campos Eletromagnéticos", de Agosto de 2007 indica como "possível que uma intensa exposição aos campos eletromagnéticos possa aumentar ligeiramente o risco de leucemia infantil e que esta exposição nos locais de trabalho possa aumentar ligeiramente os riscos de leucemia e tumores cerebrais em adultos."

Considera que é o princípio da precaução que impõe que estejamos atentos a estes efeitos. A própria União Europeia, através da Resolução do Conselho nº 1999/519/CR, de 12 de Julho, diz:" As medidas respeitantes aos campos eletromagnéticos deverão proporcionar a todos os cidadãos da Comunidade um elevado nível de proteção."

A **Associação Voltando a Poente** refere que é uma Associação Cultural que tem como principal objetivo divulgar a estação arqueológica do Castro de Romariz, contribuindo para a divulgação e consciencialização da importância da preservação do património enquanto parte fundamental da identidade de Romariz enquanto povo.

Sendo assim, considera que o projeto em causa atravessa uma parte substancial da freguesia de Romariz, concelho de Santa Maria da Feira, com impacte direto no Castro de Romariz.

Refere, ainda, que da análise dos documentos verifica:

- Existem impactes considerados pouco significativos que poderão ser considerados significativos ou mesmo muito significativos.
- Falta a referência às intrusões visuais da intervenção a partir do património classificado – Castro de Romariz, Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º34 452, DG, I Série, n.º59 de 20-03-1945, assim como a falta de referência aos planos de expansão daquele espaço, podendo existir outros núcleos conforme relatos históricos.
- No corredor da linha não estão identificados, até à data, todos elementos arquitetónicos ou vestígios arqueológicos. O plano de acessos projetado terá impacte em ocorrências patrimoniais e os próprios apoios não parecem estar a respeitar a sua salvaguarda (apoio 3, ressalva o facto de que possa estar a cumprir o afastamento, mas durante a execução da obra se possa colocar em risco o património).

Considera que historicamente o castro de Romariz representa um "marco" fundamental na freguesia e concelho de Santa Maria da Feira. O enquadramento paisagístico deverá ser respeitado devendo ser mantido e preservado a área sensibilidade arqueológica na área circundante.

Quatro cidadãos consideram que o projeto em análise trará impactes negativos à freguesia de Romariz e concelho de Santa Maria da Feira, uma das freguesias do concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores recursos naturais do concelho, possuindo uma diversidade de fauna e flora importante, com inúmeros recursos hídricos, tendo como o mais importante a nascente rio Uima cuja implantação da rede está situada escassos metros assim como inúmeras linhas de água imediatamente a jusante à subestação que alimentam muitos leitos de rios.

Referem a existência de uma estação arqueológica considerada património interesse público, onde existiram diversas fases, origens e evoluções de habitat onde a área de ocupação ainda está por descobrir.

Referem que os concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores índice demográficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser uma alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação à subestação Paraimo.

Um cidadão manifesta-se contra o projeto em análise pelo mesmo atravessar na longitudinal um terreno pertencente à família.

Refere que o terreno em causa está classificado como solo industrial, tendo por si só um valor económico elevado e cuja linha elétrica poderá contribuir para a sua desvalorização.

Face ao exposto, solicita que o projeto em análise não tenha impacte na área industrial de Romariz, e em último caso, que seja acautelado o afastamento das linhas elétricas aos potenciais edifícios que venham a ser edificados de acordo com o PDM em vigor, respeitando os devidos afastamentos de acordo com a legislação em vigor para o nível de tensão em questão.

Dois cidadãos referem o seguinte:

- No documento relativo ao plano de acessos, anexo B, a quantificação do atravessamento de áreas RAN e REN por apoio identifica apoios localizados em Ourique, pelo que considera que a informação não corresponde ao projeto da linha em discussão;

- Os elementos relativos ao projeto elétrico não evidenciam os apoios selecionados, a título de exemplo são projetados apoios do tipo DLT7 e apenas são apresentadas as características dos apoios DLT1 a DLT6. Isto é, não estão caracterizados os apoios adotados pelo projeto;
- O estudo de ruído apresentado ilustra "linha de 400kV de Rio-Maior a Alto Mira", pelo que suscita dúvidas acerca do seu conteúdo e sobre a sua adequabilidade ao projeto em análise, ver ficheiros Ruído_400_220_DL.pdf, Ruído Q.pdf e Ruído Y.pdf.
- No seguimento do mencionado, não se compreende como as entidades envolvidas no processo em causa, como a empresa promotora e com elevadas responsabilidades no plano energético nacional - REN – Redes Energéticas Nacionais, a empresa responsável pelo projeto da linha elétrica - Eletrolinhas e a empresa responsável pelo estudo de impacto ambiental – Future Proman, não verificaram os diversos elementos do projeto que apresentam erros graves, desde as peças desenhadas à memória descritiva e justificativa.

Face ao exposto, apela à APA que solicite um projeto adequado, dado que tendo em consideração a informação disponível, os considerandos que serviram para o Estudo de Impacte Ambiental podem estar errados, originando conclusões erradas por se basearem num projeto elétrico desadequado (desde os estudos de ruído, aos estudos elétricos e magnéticos, memória descritiva e justificativa, entre outros.).

Um cidadão alerta para a existência de vários columbófilos na área de implantação do projeto em análise.

Um cidadão, proprietário de um terreno afetado pelo projeto em análise, solicita informações sobre a localização exata dos postes 9 e 10 e valor das expropriações.

Um cidadão coloca várias questões, destacando-se as seguintes:

- Tendo uma alternativa Norte e uma alternativa Sul, o EIA refere que "a Alternativa Sul encontra-se mais próxima de aglomerados urbanos e abrange uma área de concessão mineira, o que se traduz numa percentagem mais elevada de adequabilidade". Porque é que a preferência da CM SMF foi a Alternativa Sul?
- Qual foi o acordo/procedimento realizado com a FERPINTA, como consta no relatório, para que o corredor fosse ajustado para oeste cerca de 1900 metros? E porquê?
- Estando 14 dos 37 novos apoios (que corresponde a cerca de 38% do número total) previstos serem construídos na freguesia de Romariz, passando perto de Duas Igrejas, Casal Monte, Romariz, Reguenga e Mouquim, que tipo de vantagens pode Romariz vir a beneficiar, para além da melhoria da rede elétrica?
- Os pontos escolhidos para medição, da exposição da população, dos campos eletromagnéticos, pela empresa INCOUSTICS, foram escolhidos aleatoriamente? Qual foi o critério utilizado?
- Onde irão ser instalados os estaleiros e parques de materiais em Romariz? Onde estão localizados os locais de montagem dos apoios/postes de alta tensão?
- Quais são as consequências para a saúde de quem pratica desporto no campo dos Valos, que fica dentro do corredor de 40m definido? E para as 61 habitações da freguesia de Romariz, que estão também dentro daquele corredor? E para as empresas localizadas na zona industrial de Romariz?

- Quais serão os impactes ambientais em Romariz, ao nível da desflorestação e abate de arvoredo? Em que zonas? Com conhecimento dos proprietários? Os 14 apoios que serão construídos em Romariz atravessam, sobretudo, área de floresta de eucalipto e/ou pinheiro-bravo.
- Qual o impacte ambiental das emissões sonoras, gasosas (poeiras e gases de combustão) e produção de resíduos que preveem fazer, durante a fase de construção?
- Em função da passagem contínua de veículos e máquinas industriais para a realização da obra, estão previstas algumas melhorias da rede viária?
- A previsão da obra é de começar no 2º semestre de 2023 e concluir no 1º semestre de 2024. É uma data que se manterá?

Um cidadão refere que a abertura de uma nova linha de energia elétrica, especialmente de alta tensão, pode ter consequências consideráveis para o ambiente local e para as comunidades locais.

Assim, considera fundamental garantir que todas as medidas necessárias sejam adotadas para mitigar os impactes negativos e promover uma abordagem sustentável em todo o processo.

Considera necessária uma avaliação detalhada dos potenciais impactes na fauna e na flora da região. Além disso, refere que é fundamental avaliar os impactes sobre os recursos hídricos.

Também refere que é importante garantir que sejam adotadas medidas adequadas para minimizar o impacte visual da infraestrutura proposta, a fim de preservar a paisagem e o património cultural e histórico da região.

Considera que a comunicação e o envolvimento das comunidades locais devem ser de extrema importância, permitindo que suas preocupações e dúvidas sejam devidamente esclarecidas ao longo do processo.

Considerando os desafios globais relacionados com as alterações climáticas e a necessidade de uma transição energética mais sustentável, considera importante que o projeto inclua uma análise adequada de alternativas, tendo em consideração fontes de energia renovável e medidas de eficiência energética.

A redução das emissões de gases de efeito estufa e a produção mínima de carbono devem ser consideradas como objetivos essenciais do projeto.

Por último, realça a importância da transparência, da participação pública e da monitorização contínua dos impactes ambientais no decorrer do projeto, é fundamental para que as informações relevantes sejam amplamente divulgadas, e que os mecanismos de fiscalização sejam eficientes para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas no EIA da obra.

Dois cidadãos manifestam-se a favor do projeto em avaliação, pois consideram que o projeto foi elaborado com conhecimento de forma a minimizar os impactes negativos durante a instalação, vida útil e fim da infraestrutura.

A cidadã refere que o projeto será importante para o abastecimento energético das populações.

Reforça, ainda, a necessidade de continuar a investigação no sentido de minimizar os impactes na avifauna, e considera que deveria ter sido disponibilizada mais informação no que diz respeito ao Plano de Acompanhamento Ambiental, ao Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, ao Plano de

Emergência Ambiental, ao Plano de Acessos e ao Plano de Gestão de Espécies Exóticas e Invasoras, que ainda estão por definir.

Solicita que todas as medidas de minimização mencionadas no EIA sejam rigorosamente cumpridas.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV

d·gTerritório

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo da
APA
Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
Ap. 7585
2610-124 Amadora

Nossa refª/Our ref.: DSGCIG-DGeod **Of. Nº:** S-DGT/2023/3955 11-05-2023	**Sua refª/Your ref.:** E-mail de 02/05/2023 Ofício Circular S029615-202304-DCOM.DCA de 27/04/2023

Assunto: AIA 3617 - Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira a 400 kV".

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação efetuada sobre documentação disponibilizada no Portal Participa, temos a informar o seguinte:

1 - Rede Geodésica

1.1 - Informa-se que todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.

1.2 - Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

Da análise da localização do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira a 400 kV", verificou-se que embora dentro do corredor da linha exista um vértice geodésico, denominado "Pedra Má", pertencente à folha 13-D da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela DGT, desde que seja respeitado a zona de proteção deste marco.

1.3 - No que respeita à RNGAP, informa-se que não existem marcas de nivelamento dentro da área de intervenção deste projeto.

1.4 - A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser obtida através dos serviços WMS em:

https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos

2 - Cartografia

A cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação.

A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3 - Limites Administrativos

A representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

4 - Conclusão

O parecer da DGT é favorável condicionado, devendo ser respeitado o mencionado em 1. Rede Geodésica e no pressuposto do cumprimento do referido em 2. Cartografia e 3. Limites Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral, por delegação
conforme Despacho nº 5512/2019, de 20 de maio,
publicado no DR, II série nº 109, em 06/06/2019

Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano

Assinado de forma digital por Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano
Dados: 2023.05.15 16:09:08 +01'00'

(Mário Caetano)

Direção-Geral do Território
Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa, Portugal
Telefone (+351) 21 381 96 00 • Fax (+351) 21 381 96 99 • www.dgterritorio.gov.pt

Dados da consulta

Nome resumido	Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV
Nome completo	Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV
Descrição	
Período de consulta	2023-05-04 - 2023-06-15
Data de ínicio da avaliação	2023-06-16
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	REN - Rede Elétrica Nacional, SA
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Rita Cardoso

Eventos

Documentos da consulta

EIA, RNT, Aditamento, Anexos, Peças Desenhadas	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3617

Participações

ID 67490 Artur Manuel Moreira de Paiva em 2023-06-15

Comentário:

A Futura linha muito alta tensão Recarei -Paraimo, será uma infraestrutura que trará impactos muito negativos a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores recursos naturais do concelho, possuindo uma diversidade de fauna e flora importante, com enumeros recursos hidricos, tendo como o mais importante a nascente rio Uima cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros assim como enumeras linhas de agua imediatamente a jusante a sub- estação que alimentam muitos leitos de rios no concelho de Santa Maria da Feira. Possuimos uma estação arqueologica considerada patrimonio interesse publico, onde existiu diversas fases, origens e evoluções de habitat onde a area de ocupação ainda esta por descobrir com um espolio diversificado por diferentes areas da Freguesia. Conforme relatorio impacte ambiental a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que o Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores indice demograficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação a a sub-estação Paraimo. Enviamos em anexo um resumo elaborado por um morador da Freguesia de Romariz que sintetiza o extenso relatorio de impacte ambiental elaborado. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e o futuro das nossas gerações temos preservar e salvaguardar o que ainda esta naturalmente como habitat natural. Romariz é sem duvida uma Freguesia com uma morfologia geografica belissima de elevada importancia para o nosso concelho que devemos salvaguardar e preservar

Anexos: 67490_Carta_Linha.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67488 Alexandrino Gomes Moreira Lopes em 2023-06-15

Comentário:

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal 2610-124 Amadora Data: 2023-06-15 Assunto: Projeto “Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV.” – Consulta Pública. Exmº Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto “Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV” em Consulta Pública, venho por esta via participar no processo supracitado. O projeto em causa versa a localização da Linha Elétrica a 400kV que propõe atravessar na longitudinal um terreno pertencente à minha família. Neste sentido, venho demonstrar o meu descontentamento pelos prejuízos que possam vir a causar, designadamente pelo facto de esta situação poder contribuir para o cancelamento de um negócio que tenho estado a tratar. Saliento que o terreno em causa está classificado como solo industrial, tendo por si só um valor económico elevado e cuja linha elétrica poderá contribuir para a sua desvalorização. Como é do senso comum, o valor dos terrenos industriais é muito superior

aos terrenos rústicos, e atualmente existe uma procura elevada por terrenos industriais na área metropolitana do Porto (área em que se insere o mencionado terreno), pelo que no caso de o projeto da linha elétrica persistir com o impacto, deverá ser apurado o real ressarcimento da contrapartida tendo em consideração os reais prejuízos causados. Em suma, venho apelar para que o projeto da linha elétrica em consulta pública não tenha impacto na área industrial de Romariz, e em último caso, depois de goradas todas as alternativas, que seja acautelado o afastamento das linhas elétricas aos potenciais edifícios que venham a ser edificados de acordo com o PDM em vigor, respeitando os devidos afastamentos de acordo com a legislação em vigor para o nível de tensão em questão. Com os melhores cumprimentos, Alexandrino Lopes

Anexos: 67488_AlexandrinoLopes_Linha400kV.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67484 Biond - Associação das Bioindústrias de Base Florestal em 2023-06-15

Comentário:

Exmos. Senhores, Junto os comentários da Biond à proposta de abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV. Ao dispor,

Anexos: 67484_Biond_posicao Recarei_Paraimo__vsubmetida.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67480 Licinio Castro em 2023-06-15

Comentário:

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal 2610-124 Amadora Data: 2023-06-15 Assunto: Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV." – Consulta Pública. Exmº Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente Na qualidade de presidente da Columbofilia de Romariz e no âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV" em Consulta Pública, venho por esta via participar no processo supracitado. O projeto em causa versa a localização da Linha Elétrica a 400kV propõe atravessar parte do concelho de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Do ponto de vista técnico, e da análise dos documentos verifica-se: • No documento relativo ao plano de acessos, anexo B, a quantificação do atravessamento de áreas RAN e REN por apoio identifica apoios localizados em Ourique, pelo que se pode admitir que esta informação não corresponde ao projeto da linha em discussão. • Os elementos relativos ao projeto elétrico não evidenciam os apoios selecionados, a título de exemplo são projetados apoios do tipo DLT7 e apenas são apresentadas as características dos apoios DLT1 a DLT6. Isto é, não estão caracterizados os

apoios adoptados pelo projeto. • O estudo de ruído apresentado ilustra “linha de 400kV de Rio-Maior a Alto Mira”, pelo que suscita dúvidas acerca do seu conteúdo e sobre a sua adequabilidade ao projeto em análise, ver ficheiros Ruído_400_220_DL.pdf, Ruído Q.pdf e Ruído Y.pdf. No seguimento do mencionado, é inadmissível e não se compreende como as entidades envolvidas no processo em causa e os seus técnicos, como a empresa promotora e com elevadas responsabilidades no plano energético nacional - REN – Redes Energéticas Nacionais, a empresa responsável pelo projeto da linha elétrica - Eletrolinhas e a empresa responsável pelo estudo de impacto ambiental – Future Proman, não verificaram os diversos elementos do projeto que apresentam erros gravíssimos, desde as peças desenhadas à memória descritiva e justificativa. Perante tal documentação, apelo à APA - Agência Portuguesa do Ambiente que solicite um verdadeiro projeto adequado ao projeto em consulta pública, dado que tendo em consideração a informação disponível, os considerandos que serviram para o Estudo de Impacto Ambiental podem estar errados, originando conclusões erradas por se basearem num projeto elétrico desadequado (desde os estudos de ruído, aos estudos elétricos e magnéticos, memória descritiva e justificativa, entre outros.). Em suma, projetos desta natureza que têm um elevado impacto no meio ambiente, razão pela qual a legislação os enquadra como sujeitos a avaliação ambiental deveriam ser estudados com mais rigor por equipas e técnicos mais profissionais e credíveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67479 joel sousa em 2023-06-15

Comentário:

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal 2610-124 Amadora Data: 2023-06-15 Assunto: Projeto “Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV.” – Consulta Pública. Exmº Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto “Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV” em Consulta Pública, venho por esta via participar no processo supracitado. O projeto em causa versa a localização da Linha Elétrica a 400kV propõe atravessar parte do concelho de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Do ponto de vista técnico, e da análise dos documentos verifica-se: • No documento relativo ao plano de acessos, anexo B, a quantificação do atravessamento de áreas RAN e REN por apoio identifica apoios localizados em Ourique, pelo que se pode admitir que esta informação não corresponde ao projeto da linha em discussão. • Os elementos relativos ao projeto elétrico não evidenciam os apoios selecionados, a título de exemplo são projetados apoios do tipo DLT7 e apenas são apresentadas as características dos apoios DLT1 a DLT6. Isto é, não estão caracterizados os apoios adoptados pelo projeto. • O estudo de ruído apresentado ilustra “linha de 400kV de Rio-Maior a Alto Mira”, pelo que suscita dúvidas acerca do seu conteúdo e sobre a sua adequabilidade ao projeto em análise, ver ficheiros Ruído_400_220_DL.pdf, Ruído Q.pdf e Ruído Y.pdf. No seguimento do mencionado, é inadmissível e não se compreende como as entidades envolvidas no processo em causa e os seus técnicos, como a empresa promotora e com elevadas responsabilidades no plano

energético nacional - REN – Redes Energéticas Nacionais, a empresa responsável pelo projeto da linha elétrica - Eletrolinhas e a empresa responsável pelo estudo de impacto ambiental – Future Proman, não verificaram os diversos elementos do projeto que apresentam erros gravíssimos, desde as peças desenhadas à memória descritiva e justificativa. Perante tal documentação, apelo à APA - Agência Portuguesa do Ambiente que solicite um verdadeiro projeto adequado ao projeto em consulta pública, dado que tendo em consideração a informação disponível, os considerandos que serviram para o Estudo de Impacto Ambiental podem estar errados, originando conclusões erradas por se basearem num projeto elétrico desadequado (desde os estudos de ruído, aos estudos elétricos e magnéticos, memória descritiva e justificativa, entre outros.). Em suma, projetos desta natureza que têm um elevado impacto no meio ambiente, razão pela qual a legislação os enquadra como sujeitos a avaliação ambiental deveriam ser estudados com mais rigor por equipas e técnicos mais profissionais e credíveis.

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67456 Municipio de Santa Maria da Feira em 2023-06-15

Comentário:

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, vem exercer o seu contributo através de um conjunto de ponderações e sugestões com o objetivo das mesmas serem consideradas na aprovação final do projeto Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, 400 KV. Para além da posição do município de Santa Maria da Feira, salvaguarda-se também as observações expressas nos contributos das populações, juntas de freguesia, associações e empresas da freguesia de Romariz, que mais diretamente serão afetadas com a implementação desta Linha Elétrica e seus impactos. A participação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, da Junta de Freguesia de Romariz, dos Escuteiros - Agrupamento 1048, do Romariz F.C., da Associação Caminharte, da Associação Voltado a Poente e da empresa Grupo MF&A, segue em Ficheiro anexo.

Anexos: 67456_Participacao Municipio Santa Maria da Feira.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67276 Junta de Freguesia de Romariz em 2023-06-13

Comentário:

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal 2610-124 Amadora Assunto: Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV." – Consulta Pública. No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV" em Consulta Pública, vimos por esta via participar no processo supracitado. A Futura linha muito alta tensão Recarei-Paraimo, será uma infra-estrutura que trará impactos muito negativos e irreversíveis a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira. O desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentável deve estar devidamente estruturado num correcto ordenamento do território, responsabilidade do Governo e das autarquias locais. É igualmente na Lei Fundamental da República Portuguesa que está definido o dever do Estado de proteger o meio ambiente e assegurar o correcto ordenamento do território, alínea e) artigo 9º. O direito à propriedade está igualmente consagrado na Constituição da República, todos os actos praticados pelo Estado ou empresas por si tuteladas devem ter em conta esse direito respeitando sempre as disposições legais, assim como eventuais efeitos no património, quer privado quer público, que possa ser afectado ou desvalorizado por projectos de linhas de alta tensão. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores patrimónios naturais do concelho, a Freguesia de Romariz possui uma diversidade de fauna e flora importante, com inúmeros recursos hídricos. Conforme o atlas do concelho de Santa Maria da Feira, Romariz é das freguesias que apresenta maiores indices de precipitacao entre 1600mm e 2000mm de media anual, razão pela qual nasce o Rio Uima, afluente do Rio Douro cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros da sua nascente, para alem de o Rio UL receber varias linhas de agua imediatamente a jusante a sub - estação (Monte Alto) assim como varias nascentes que abastecem reservatórios de Agua da Concessionaria IndaquaFeira que gere os serviços públicos municipais de abastecimento de água em Santa Maria da Feira. Localiza-se na Freguesia de Romariz a estação arqueológica considerada imovél interesse publico. O Castro de Romariz é o povoado castrejo mais expressivo da região de Entre Douro e Vouga, sendo um dos principais pontos históricos e turísticos do Concelho de Santa Maria da Feira. Intervenções arqueológicas, sondagens de diagnóstico revelam que existem diversas fases, origens e evoluções de habitat onde parte da area de ocupação ainda esta por descobrir estando no monte alto imediatamente a jusante a subestação uma possivel zona com um espólio diversificado de um povoado fortificado datado do século V a.C., com ocupação até ao século I. O relatório impacte ambiental, revela que a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que os Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores índice demográficos e aglomerados populacionais, com pólos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objectivo que será a ligação a sub-estação Paraimo. Deve ser através da correcta articulação entre as várias entidades e da utilização correcta dos instrumentos de gestão territorial que o futuro corredor da linha Recarei -Paraimo deve ser definido. O corredor deve, aproveitar linhas de expansão já existentes, evitando entrar em conflito com zonas habitacionais, industriais e de protecção ambiental. Assim, as zonas envolventes às vias viárias devem ser utilizadas preferencialmente na definição deste Plano Sectorial de Ordenamento de Linhas de Alta Tensão garantindo o ordenamento do território, o ambiente e a paisagem, a saúde das populações, bem como o direito à propriedade

privada. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e a desertificação do interior, é importante salvaguardar o futuro das nossas gerações. O impacto que a linha de muita alta tensão, terá na freguesia de Romariz promoverá a desertificação da nossa freguesia, como ja tem acontecido, no lugar de Duas Igrejas, onde é atravessado por varias linhas de muito alta tensão, e tendo outra projectada, devendo ser salvaguardada as necessidades básicas da população que ainda lá reside, assim como a defesa do património de interesse cultural. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e o futuro das nossas gerações temos preservar e salvaguardar o que ainda esta naturalmente como habitat natural. A freguesia de Romariz dispoe de um legado historico que nao deve ser colocado em causa com a construção desta infraestrutura.

Anexos: 67276_Exposição.docx

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67269 Quadrante Solene Unipessoal, Lda. em 2023-06-13

Comentário:

A linha de muito alta tensão projetada, que se encontra em consulta pública, passa por cima da Central Fotovoltaica de Romariz – CF Romariz (com licença de produção emitida), facto a que a promotora do projeto, Quadrante Solene, Unipessoal, Lda. nada tem a opor. Contudo, o local onde está prevista a colocação do Apoio n.º 4 da linha, corresponde a zona de implantação de painéis. Cremos que a alteração do local de colocação do Apoio n.º 4 solucionará tal questão, permitindo a coexistência da linha de muito alta tensão e da central fotovoltaica, estando esta sociedade disponível para colaborar na definição do novo local de colocação do referido Apoio. Junto se anexa a planta de implantação do projeto da CF Romariz.

Anexos: 67269_Planta_implantação_DGEG.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67261 Vera Gomes em 2023-06-12

Comentário:

A Futura linha muito alta tensão Recarei -Paraimo, será uma infraestrutura que trará impactos muito negativos a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores recursos naturais do concelho, possuindo uma diversidade de fauna e flora importante, com enumeros recursos hidricos, tendo como o mais importante a nascente rio Uima cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros assim como enumeras linhas de agua imediatamente a jusante a sub- estação que alimentam muitos leitos de rios no concelho de Santa Maria da Feira. Possuimos uma estação arqueologica considerada patrimonio interesse publico, onde existiu diversas fases, origens e evoluções

de habitat onde a area de ocupação ainda esta por descobrir com um espolio diversificado por diferentes areas da Freguesia. Conforme relatorio impacte ambiental a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que o Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores indice demograficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação a a sub-estação Paraimo. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e o futuro das nossas gerações temos preservar e salvaguardar o que ainda esta naturalmente como habitat natural. Romariz é sem duvida uma Freguesia com uma morfologia geografica belissima de elevada importancia para o nosso concelho que devemos salvaguardar e preservar

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67260 Elisabete Gomes em 2023-06-12

Comentário:

A Futura linha muito alta tensão Recarei -Paraimo, será uma infraestrutura que trará impactos muito negativos a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores recursos naturais do concelho, possuindo uma diversidade de fauna e flora importante, com enumeros recursos hidricos, tendo como o mais importante a nascente rio Uima cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros assim como enumeras linhas de agua imediatamente a jusante a sub- estação que alimentam muitos leitos de rios no concelho de Santa Maria da Feira. Possuimos uma estação arqueologica considerada patrimonio interesse publico, onde existiu diversas fases, origens e evoluções de habitat onde a area de ocupação ainda esta por descobrir com um espolio diversificado por diferentes areas da Freguesia. Conforme relatorio impacte ambiental a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que o Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores indice demograficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação a a sub-estação Paraimo. Romariz é sem duvida uma Freguesia com uma morfologia geografica belissima de elevada importancia para o nosso concelho que devemos salvaguardar e preservar

Anexos: Não

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67259 Sara Portal em 2023-06-12

Comentário:

A Futura linha muito alta tensão Recarei -Paraimo, será uma infraestrutura que trará impactos muito negativos a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores recursos naturais do concelho, possuindo uma diversidade de fauna e flora importante, com enumeros recursos hidricos, tendo como o mais importante a nascente rio Uima cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros assim como enumeras linhas de agua imediatamente a jusante a sub- estação que alimentam muitos leitos de rios no concelho de Santa Maria da Feira. Possuimos uma estação arqueologica considerada patrimonio interesse publico, onde existiu diversas fases, origens e evoluções de habitat onde a area de ocupação ainda esta por descobrir com um espolio diversificado por diferentes areas da Freguesia. Conforme relatorio impacte ambiental a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que o Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores indice demograficos e aglomerados populacionais, com polos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objetivo que será a ligação a a sub-estação Paraimo. Enviamos em anexo um resumo elaborado por um morador da Freguesia de Romariz que sintetiza o extenso relatorio de impacte ambiental elaborado. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e o futuro das nossas gerações temos preservar e salvaguardar o que ainda esta naturalmente como habitat natural. Romariz é sem duvida uma Freguesia com uma morfologia geografica belissima de elevada importancia para o nosso concelho que devemos salvaguardar e preservar

Anexos: 67259_Relatorio.Linha Recarei_Paraimo.pdf

Estado: Não Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67110 RUI PAIVA em 2023-06-08

Comentário:

Numa zona onde existe varios columbofilos com pombos correios , é lamentavél que coloquem mais linhas de alta tensão, junto a uma existente , que vai contribuir para mais mortes dos pombos . Num projeto destes a informação ás pessoas quase não existe, por isso ninguem reclama por que não esta informada, quem não tiver acesso ´a internet nem sabe deste projeto. Cumprimentos, Rui Paiva Rua Alto de Fafião nº 403 3700-836 Romariz

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67089 Alexandre Lameira Martins em 2023-06-08

Comentário:

Boa tarde, Queria saber mais informação ao que parece vai passar num terreno meu fui contactado por uma pessoa para ver a implantação do poste 9 e 10, queria saber valores atribuídos por m2 para expropriação e onde vai ser implantado o referido poste porque se for ao meio do terreno está fora de questão visto ainda ter os afastamentos do referido poste. Obrigado e boa tarde.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 67022 Nuno Joel Valente de Sousa Rocha em 2023-06-06

Comentário:

Boa Tarde. Venho por este meio expor o seguinte. Sou Nuno Joel Rocha, Presidente da Junta da Freguesia de Romariz. Em representação da presente freguesia gostaria de obter alguns esclarecimentos que passo a citar: Romariz, ´e uma freguesia com uma ampla diversidade de recursos naturais e uma estação arqueologica considerada patrimonio nacional. A linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira ira trazer um impacto brutal na freguesia de Romariz se a construção do traçado sul se concretizar. Conforme relatorio impacte ambiental a solução norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras. O traçado sul imediatamente a jusante da sub estação esta traçado numa zona envolvente do castro de Romariz, em que grande parte do territorio de romariz esta inserido numa area de interesse arqueologico onde por diversas situações nomeadamente a construção da EN326 – Trecho 1 – Feira (A32/IC2) / Escariz teve de redefinida devido a vestigios arqueologicos encontrados. Estamos a favor da construção desta infra estrutura, mas com a proposta corredor norte que seria a mais equilibrada. Se a opção mais viavel for a Sul, estamos

receptivos a colaborar em alguns ajustes que achamos pertinentes para podermos minimizar o impacte que esta infra estrutura poderá causar as populações. Gostariamos de ter acesso ao parecer favoravel por parte da camara municipal de Santa Maria da Feira que desconhecemos e agradecemos a vossa colaboração e informação sobre este processo que tanto nos preocupa. Com os melhores cumprimentos. Nuno Rocha

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 66943 Pedro Oliveira em 2023-06-04

Comentário:

A propósito da abertura da linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV venho, por este meio, após leitura cuidada de todo o relatório realizado para o efeito, pedir mais esclarecimentos quanto ao conteúdo do mesmo. Sendo eu habitante de Romariz, levanto uma série de questões: Tendo uma alternativa Norte e uma alternativa Sul (a passar menos em Romariz e Santa Maria da Feira), o Grupo MF&A refere, no seu relatório oficial que, e passo a citar, que "a Alternativa Sul encontra-se mais próximo de aglomerados urbanos e abrange uma área de concessão mineira , o que se traduz numa percentagem mais elevada de adequabilidade". Porque é que a escolha recaiu em sentido contrário? Porque é que a preferência da CM SMF foi a Alternativa Sul? Qual foi o acordo/procedimento realizado com a FERPINTA, como consta no relatório, para que o corredor fosse ajustado para oeste cerca de 1900 metros? E porquê? Estando 14 dos 37 novos apoios (que corresponde a cerca de 38% do número total) previstos serem construídos na nossa freguesia de Romariz, passando perto de Duas Igrejas, Casal Monte, Romariz, Reguenga e Mouquim, que tipo de vantagens pode Romariz vir a beneficiar com uma construção desta natureza, para além da melhoria da rede elétrica? Os pontos escolhidos para medição da exposição da população da campos eletromagnéticos, pela empresa INCOUSTICS, foram escolhidos aleatoriamente? Qual foi o critério utilizado? O relatório prevê “atividades passíveis de induzir impactos ambientais”. Onde irão ser instalados os estaleiros e parques de materiais em Romariz? Onde estão localizados os locais de montagem dos apoios/postes de alta tensão? Quais são as consequências para a saúde de quem pratica desporto no campo dos Valos, que fica dentro do corredor de 40m definido? E para as 61 habitações da freguesia de Romariz, que estão também dentro desse corredor? E para as empresas localizadas na zona industrial de Romariz? A que radiação eletromagnética estão sujeitas? Quais serão os impactos ambientais em Romariz, ao nível da desflorestação e abate de arvoredo? Em que zonas? Com conhecimento dos proprietários? Isto porque os 14 apoios que serão construídos em Romariz atravessam, sobretudo, área de floresta de eucalipto e/ou pinheiro-bravo. Qual o impacto ambiental das emissões sonoras , gasosas (poeiras e gases de combustão) e produção de resíduos que prevêem fazer, durante a fase de construção? Em função da passagem contínua de veículos e máquinas industriais para a realização da obra, estão previstas algumas melhorias da rede viária? A previsão da obra é de começar no 2º semestre de 2023 e concluir no 1º semestre de 2024. É uma data que se manterá? Quem, onde e quando se vai deferir ou indeferir esta obra, após o período de consulta pública?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 66928 Samuel Ribau em 2023-06-03

Comentário:

Tendo por base a leitura do RNT, é possível concluir que o projeto foi elaborado com conhecimento profundo na matéria e por forma a minimizar os impactes negativos para o ambiente durante a instalação, vida útil e fim da infraestrutura. Cada vez mais é importante criar formas de energia mais sustentáveis e este investimento será parte integrante desse processo. Ambientalmente parecem ter sido acauteladas as questões mais importantes e que permitirão minimizar os impactes negativos causados.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 66916 Ana Filipa Oliveira em 2023-06-03

Comentário:

Após análise cuidada da documentação referente à avaliação de impacto ambiental devo referir que considero a execução deste projeto importante para o abastecimento energético das populações. Gostaria apenas de reforçar a necessidade de continuar a investigação no sentido de minimizar os impactes nas populações de aves, e de sugerir que deveria ter sido disponibilizada mais informações com relação ao Plano de Acompanhamento Ambiental, ao Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, ao Plano de Emergência Ambiental, ao Plano de Acessos e ao Plano de Gestão de Espécies Exóticas e Invasoras, que ainda estão por definir. Devo aproveitar para referir que deveria ter sido utilizada uma linguagem mais simples no relatório não técnico, por exemplo poderia ter sido incluída a definição dos termos técnicos utilizados de forma a facilitar o entendimento do público em geral, no fundo essa é a função do RNT. Espero sinceramente que todas as medidas minimizadoras de impactes mencionadas no estudo de impacto ambiental sejam rigorosamente cumpridas.”

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 66759 Sérgio Joel Da Costa Oliveira em 2023-05-30

Comentário:

Caras entidades, Venho por este meio participar e deixar o meu contributo em relação ao EIA (Estudo de Impacto Ambiental) referente à Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV, que afeta a região onde resido. Em primeiro, gostaria de realçar a importância de avaliar cuidadosamente os potenciais impactos ambientais associados a esse projeto. A abertura de uma nova linha de energia elétrica, especialmente de alta tensão, pode ter consequências consideráveis para o meio ambiente local e para as comunidades locais. Portanto, é fundamental garantir que todas as medidas necessárias sejam adotadas para mitigar os impactos negativos e promover uma abordagem sustentável em todo o processo. Ao analisar o Resumo Não Técnico do EIA, percebo que alguns pontos requerem atenção especial. Destaco a necessidade de uma avaliação detalhada dos potenciais impactos na fauna e na flora da região, considerando a possível divisão de habitats, envolvendo as espécies presentes. Além disso, é fundamental avaliar os impactos sobre os recursos hídricos, especialmente em relação a corpos d'água, aquíferos e outras áreas que podem ser afetadas. Também é importante garantir que sejam adotadas medidas adequadas para minimizar o impacto visual da infraestrutura proposta, a fim de preservar a paisagem e o património cultural e histórico da região. A comunicação e o envolvimento das comunidades locais devem ser de extrema importância, permitindo que suas preocupações e dúvidas sejam devidamente esclarecidas ao longo do processo. Considerando os desafios globais relacionados com as alterações climáticas e a necessidade de uma transição energética mais sustentável, é importante que o projeto inclua uma análise adequada de alternativas, tendo em consideração fontes de energia renovável e medidas de eficiência energética. A redução das emissões de gases de efeito estufa e a produção mínima de carbono devem ser consideradas como objetivos essenciais deste projeto. Por fim, realço a importância da transparência, da participação pública e da monitorização contínua dos impactos ambientais no decorrer do projeto, é fundamental para que as informações relevantes sejam amplamente divulgadas, e que os mecanismos de fiscalização sejam eficientes para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas no EIA da obra. Agradeço a oportunidade de participar nesta consulta pública, e espero que minhas preocupações sejam devidamente apreciadas na tomada de decisão sobre o projeto. É fundamental que todos os esforços sejam feitos para garantir a proteção ambiental, a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades afetadas. Nogueira da Regedoura, 29/05/2023 Atenciosamente, Sérgio Joel Oliveira

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Sugestão

Classificação:

Observações do técnico:

ID 66171 Arlindo Caniço em 2023-05-04

Comentário:

Tenho utilizado esta plataforma para denunciar que a APA não reúne condições, sob a actual presidência, para ser a entidade pública que salvaguarda o interesse público e a preservação dos limitados recursos naturais de Portugal. O actual director da Administração Hidrográfica do Algarve mentiu-me e é conivente com a usurpação do POOC Burgau-Vilamoura ao permitir a usurpação do "corredor de pesca" da Praia dos Pescadores em Armação de Pêra, concelho de Silves, por 10 embarcações marítimo-turísticas (MT) (i.e., embarcações que carregam utentes em pleno areal, com as manobras assistidas por tratores gigantes que a CM subsidia, para ser colocados dentro de grutas, locais com elevada instabilidade geológica, onde pedras com "40 cm de diâmetro" os podem atingir, sendo que a Autoridade Marítima recomendou em documento oficial que tripulações e passageiros usassem "capacetes"). Recentemente, foi cometida mais uma violação com a construção na praia (i.e., no "corredor de pesca") de um edifício que funciona como "estação de serviço" do trator e estacionamento (no POOC só estão permitidas barracas até 2,5 m2 por embarcação de pesca guardar as artes de pesca). Demonstrei e informei o presidente da APA em 26 de janeiro de 2023 e desde aí nada. Assim, concluo que o presidente da APA é conivente com ambas as situações. Será que a APA nos restantes assunto tem um comportamento diferente? Eu não acredito. Esta obstinação com a introdução da actividade destas embarcações MT numa das praias com maior densidade de utentes, a qual é exercida por outras empresas desde verdadeiras marinas (Portimão e Albufeira), é uma obstinação do director da ARH do Algarve e do presidente da APA. Tenho uma ata onde é assumido que o próximo POOC será "martelado" para permitir e consolidar esta usurpação. Porquê?

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Reclamação

Classificação:

Observações do técnico:

Abertura da linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV

PORQUÊ A ALTERNATIVA SUL? ARGUMENTOS PARA ALTERAÇÃO PARA A ALTERNATIVA NORTE

Junho/2023
Pedro Oliveira

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Quadro 1.1 – Escala de classificação de adequabilidade à passagem de linha de MAT

Pontuação	Legenda
1	**Elevada Adequabilidade** - Estas áreas não contêm recursos ou ecossistemas sensíveis ou condicionadores da passagem da linha, sendo por isso considerados adequados a este tipo de infraestrutura.
2	
3	
4	**Moderada Adequabilidade** - Estas áreas têm recursos ou usos do solo moderadamente sensíveis a alterações ou apresentam restrições biogeofísicas à construção da linha e à sua operação. Estes problemas podem geralmente ser resolvidos com medidas de mitigação.
5	
6	
7	**Reduzida Adequabilidade** - esta áreas têm recursos ou usos do solo que irão sofrer impactos adversos significativos que dificilmente podem ser mitigados. Estas áreas podem ser usadas, mas em último recurso.
8	
9	
0	**Áreas interditas** – áreas identificadas na Fase II

1.5 PRINCIPAIS CONDICIONANTES AMBIENTAIS IDENTIFICADAS

Na área de estudo não existem áreas classificadas (Áreas Protegidas ou Sítios da Rede Natura 2000). Contudo, na envolvente próxima encontram-se áreas classificadas, das quais se destacam, pela maior proximidade, as seguintes Zonas Especiais de Conservação (ZEC): Serras da Freita e Arada (PTCON0047), Rio Paiva (PTCON0059) e Serra de Montemuro (PTCON0025).

Salienta-se ainda que a área de estudo abrange no seu setor norte área do Arouca Geoparque (Geoparque Mundial da UNESCO).

Em termos patrimoniais, considerando ainda como áreas sensíveis as áreas de proteção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público, são de assinalar as seguintes situações na área de estudo: Pelourinho de Cabeçais; Mamoa 1 da Aliviada; Castro de Romariz e Quinta da Costeira.

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Quadro 1.2 – Classes de adequabilidade – Alternativa Sul

Alternativa	Sul			
Classe	ha	% classe	% geral	Adequabilidade
1	1,20	0%	9%	Elevada
2	22,72	7%		
3	8,20	2%		
4	73,82	21%	45%	Moderada
5	0,72	0%		
6	81,57	24%		
7	88,63	26%	29%	Reduzida
8	5,28	2%		
9	6,70	2%		
0	57,80	17%	17%	Nula

Quadro 1.3 – Classes de adequabilidade – Alternativa Norte

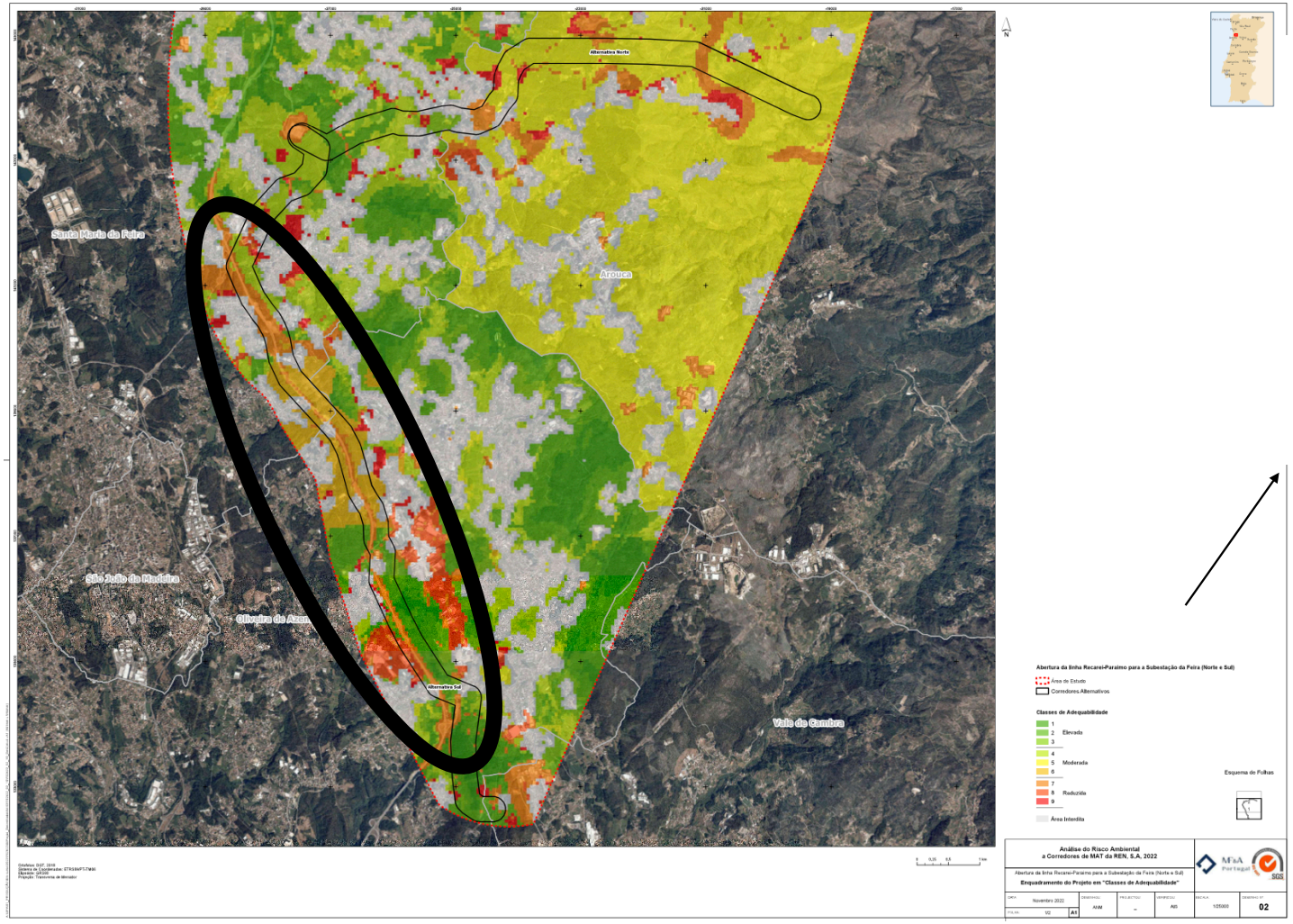
Alternativa	Norte			
Classe	ha	% classe	% geral	Adequabilidade
1	2,45	1%	12%	Elevada
2	25,10	7%		
3	19,25	5%		
4	38,50	10%	66%	Moderada
5	211,38	56%		
6	0,00	0%		
7	40,11	11%	13%	Reduzida
8	0,00	0%		
9	8,39	2%		
0	31,93	8%	8%	Nula

29% DE ÁREA COM ADEQUABILIDADE REDUZIDA!!
"Recurso ou uso dos solos que irão sofrer impactos adversos significativos que dificilmente podem ser mitigados."

Do resultado obtido, verifica-se que a classe de adequabilidade elevada se encontra dentro da mesma ordem de grandeza nos dois corredores em análise, sendo, contudo, ligeiramente superior na Alternativa Norte.

Estes resultados resultam, sobretudo, do facto de que a Alternativa Sul se encontra mais próximo de aglomerados urbanos e abrange uma área de concessão mineira, o que se traduz também numa percentagem mais elevada de adequabilidade reduzida.

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?



Adequabilidade reduzida onde?

Romariz e Milheirós de Poaires!!!

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

1.7 SELEÇÃO DO CORREDOR PREFERENCIAL

Da análise efetuada verifica-se que ambos os corredores alternativos incidem sobre um território com alguns constrangimentos, sobretudo relacionados com uma elevada densidade populacional.

A Alternativa Sul encontra-se mais próximo de aglomerados urbanos e abrange uma área de concessão mineira, o que se traduz numa percentagem mais elevada de adequabilidade reduzida.

Por outro lado, uma parte significativa da Alternativa Norte desenvolve-se no interior do Arouca Geoparque (Geoparque Mundial da UNESCO, no âmbito do seu Programa Internacional para Geociências).

Importa ainda referir que da apresentação dos dois corredores alternativos junto das Câmaras Municipais abrangidas pelo Projeto, nomeadamente às Câmaras Municipais de Arouca, Santa Maria da Feira e de Oliveira de Azeméis, resultou a preferência pela Alternativa Sul.

Assim, e tendo em atenção os pressupostos da análise feita, considera-se que a Alternativa Sul é a mais adequada ao estabelecimento do traçado da LMAT.

O corredor alternativo preferencial é apresentado na Figura 1.7 e no **Desenho 3** (Folhas 1 e 2), nas **Peças Desenhadas.**

Tabela 4.2 – Extensão das alternativas estudadas

Alternativa	Extensão
Corredor Norte	8 500 m
Corredor Centro	7 960 m
Corredor Sul	12 038 m

Acautelou-se os interesses de Romariz e Milheirós de Poiares?

Porquê esta escolha se a Alternativa Norte é melhor? Se a extensão é, inclusivamente, menor?

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

1.6.2.2.2 Contacto com entidades

Em estreita articulação com a REN, foi elaborada uma lista de entidades a contactar no âmbito do presente EIA, entidades essas com jurisdição sobre a área de estudo e/ou cuja atividade, presente ou futura, poderia constituir condicionante à implantação do projeto.

O contacto formal com essas entidades foi efetivado através do envio de uma carta, da qual constava a delimitação da área de estudo, sendo solicitado um conjunto de informações com interesse para os estudos em causa.

Entidade	Informação prestada/Condicionante
ASCENDI Norte	A ASCENDI informou que a área de estudo considerada para o Estudo de Impacte Ambiental não interfere com a Concessão da Costa de Prata e que, desse modo, nada têm a opinar em relação ao referido EIA."
→ Câmara Municipal de Arouca	A CM de Arouca enviou as plantas de ordenamento e condicionantes do PDM de Arouca, por forma a salvaguardar os interesses presentes.
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Informam que, em relação às "eventuais condicionantes" há, de momento, a referir as condicionantes constantes na Carta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis (Aviso n.º 1889/2013 - Diário da República, 2.ª série — N.º 26 — 6 de fevereiro de 2013), consultável em http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_condicionantes_15366_3.jpg. Quanto à actualidade dessa informação, acrescento que foi decisão superior, em concertação com a CCDR-N, não proceder à revisão da Reserva Ecológica Nacional, no âmbito do processo de Revisão do Plano Director Municipal, atualmente em curso, pelo que a presente mesma Reserva Ecológica será mantida.
→ Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	---
Câmara Municipal de Vale de Cambra	---

Porque não se levantaram condicionantes?

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Tabela 4.3 – Síntese das características dos corredores

Fatores ambientais	Alternativas		
	Corredor Norte	Corredor Centro	Corredor Sul
Ordenamento do território	- atravessamento dos concelhos de Santa Maria da Feira e Arouca	- atravessamento dos concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Arouca	- atravessamento dos concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra (muito pouco expressivo)
	Santa Maria da Feira - dominância da classe de Espaço Florestal de Produção; - atravessamento de espaços agrícolas maioritariamente integrados na RAN; - atravessamento de espaço urbano (de baixa densidade urbanizado e residencial urbanizado), junto de Carvalhal, com necessidade de sobrepassagem (Figura 7.5); Arouca - grande dominância da classe de Espaço Florestal; - atravessamento de espaços agrícolas comuns, parcialmente integrados em RAN; - atravessamento marginal (no limite do corredor) do PU Escariz – Fermedo e de uma UOPG; - presença pouco expressiva da classe de espaço Outros Aglomerados (Solo urbanos – nível 2); junto a Tanhel e Orvida, maior concentração mas sem necessidade de sobrepassagem (Figuras 7.5 e 7.6);	Santa Maria da Feira - dominância da classe de Espaço Florestal de Produção, maioritariamente integrado na Estrutura Ecológica Municipal; - atravessamento de espaço urbano (residencial urbanizado e urbanizável), junto ao lugar de Portela, implicando a sua sobrepassagem (Figura 7.9); - presença de pedreira que ocupa a quase totalidade do corredor (corredor livre de cerca de 80m); Arouca - dominância de espaços florestais; - presença de espaço urbano (Outros Aglomerados) correspondentes aos lugares de Lameiros (a oeste) e Londral e Cimo de Inha (a este), sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.10); - presença de espaço urbano (Outros Aglomerados) correspondente aos lugares de Caçus e Alagoas, na parte final do corredor, sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.12);	Santa Maria da Feira - dominância da classe de Espaço Florestal de Produção, maioritariamente integrado na Estrutura Ecológica Municipal; - atravessamentos de espaços urbanos (residencial urbanizado), junto de Duas Igrejas/ Casal do Monte e Romariz (norte), com necessidade de sobrepassagem, neste último caso (Figura 7.13); - presença de espaço urbano (residencial urbanizado e urbanizável) e de espaço de uso especial (Equipamentos e Infraestruturas), este com impedimentos de ocupação por apoios (eventualmente sem impedimentos para a passagem da linha), que ocupam a totalidade do corredor, a norte de Romariz (Figura 7.14); - atravessamento de Espaço de Atividades Económicas com restrições em termos de ocupação do solo (Figura 7.13); - presença de espaço urbano (residencial urbanizado e urbanizável) correspondente aos lugares de Romariz e Fafião, sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.14);

Fatores ambientais	Alternativas		
	Corredor Norte	Corredor Centro	Corredor Sul
		- atravessamento por cerca de metade do corredor, na sua parte final, de PU Escariz-Fermedo e de uma UOPG, no limite sul de ambos (Figura 7.12). Oliveira de Azeméis - dominância da classe de Espaço Florestal de Produção - presença de um Espaço de Exploração de Recursos Geológicos no centro do corredor, sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.11). Vale de Cambra - presença de Espaço Industrial – Zona Industrial – tipo A, no final do Corredor, sem necessidade de interferência (Figura 7.12).	- presença de espaço urbano (residencial urbanizado), junto de Mouquim, sem necessidade de sobrepassagem, mas corredor livre reduzido (cerca de 55m) (Figura 7.14); Oliveira de Azeméis - dominância da classe de Espaço Florestal de Produção; - atravessamento de espaços urbanos (Espaço residencial) junto de Cimo de Vila e Arcos, mas sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.15); - atravessamento de UOPG/área afeta ao PU da zona industrial de Nogueira de Cravo/Pindelo, mas com corredor livre de cerca de 200m (Figura 7.16); - atravessamento de espaço urbano (Espaço residencial), junto da Póvoa, mas sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.17); Vale de Cambra - dominância de espaço florestal de produção; - presença de um espaço de equipamento, com impedimentos/restrições de ocupação do solo, sem necessidade de sobrepassagem (Figura 7.19).
Condicionantes e Servidões e Restrições de Utilidade Pública	- atravessamento de áreas de RAN; - presença de captações subterrâneas; - atravessamento de faixa de reserva de via, podendo ser evitada a afetação; - atravessamento de linha da EDP de 60kv (Figura 7.8);	- presença pontual de áreas de RAN; - presença de captações subterrâneas; - atravessamento de faixas de reserva para vias, mas sem necessidade de interferência; - presença de áreas de REN associadas a linhas de água, podendo ser evitada a afetação.	- presença de uma categoria de REN impeditiva (escarpas) e de faixa de servidão de via de acesso à Autoestrada, que ocupam mais de metade do corredor, o que juntamente com a presença de um espaço urbano (Póvoa), deixa corredor livre de cerca de 55m (Figura 7.17); - presença de um posto de vigia;

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Fatores ambientais	Alternativas		
	Corredor Norte	Corredor Centro	Corredor Sul
	- presença de áreas de REN associadas a linhas de água, podendo ser evitada a afetação.		- presença de captações subterrâneas; - presença de um vértice geodésico aproximadamente a meio do corredor; - atravessamento de faixas de reserva a novas vias que no concelho de Santa Maria da Feira ocupa a totalidade do corredor; - vários atravessamentos de linhas da EDP de 60kv e presença de linha de 60kv ao longo do corredor (figuras 7.13, 7.15, 7.16 e 7.19) - atravessamento de áreas de concessão mineiras (informação LNEG e PDM de Santa Maria da Feira, embora não assinaladas pela DGEG).
Ocupação do solo e Socioeconomia	- presença de povoações no interior do corredor, registando-se situações de proximidade a habitações, nos concelhos de Santa Maria da Feira e Arouca: • Entre Carvalhal e Oliveira, antes da EN 326, zona de aglomerado habitacional (Figura 7.5); • Zona de Tanhel (Figura 7.5); • Zona de Orvida (Figura 7.6); • Zona de Covelas/Belece (Figura 7.7).	- presença de habitações no interior do corredor, registando-se diversas situações de proximidade, nos concelhos de Santa Maria da Feira e Arouca: • Zona de Portela (atravessamento de espaço já urbanizado e espaço sem habitações, mas urbanizável) (Figura 7.9); • Zona de Lameiros, Londral e Cimo de Inha (corredor livre entre 180m e 270m) (Figura 7.10); • Zona de Caçus/Alagoas (corredor livre de cerca de 100m) (Figura 7.12).	- atravessamentos de povoações nos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis (figuras 7.13, 7.14, 7.15 e 7.16) e proximidade a indústrias no concelho de Santa Maria da Feira (Figura 7.13). - Existência de um equipamento (campo de tiro) que ocupa grande parte da largura do corredor (espaço livre de cerca de 30m para oeste do campo de tiro) (Figura 7.18) - Existência de uma zona com algum valor turístico, associada a uma linha de água (que forma uma queda de água), junto da indústria FERPINTA

Fatores ambientais	Alternativas		
	Corredor Norte	Corredor Centro	Corredor Sul
Ecologia	Presença de espécies com estatuto de conservação (sobreiros)	Presença de espécies com estatuto de conservação (sobreiros)	Presença de espécies com estatuto de conservação (sobreiros); Presença dos habitats 9230 (pequena mancha dentro do corredor) e 92A0 (mancha ao longo do rio Antuã).
Património	- existência de 1 ocorrência patrimonial - Igreja S. João do Mato (pesquisa bibliográfica e relocalização em trabalho de campo).	- presença de ocorrências patrimoniais (pesquisa bibliográfica e relocalização campo); - presença de uma ocorrência patrimonial classificada (Dólmen 1 da Aliviada, em Arouca, junto a Caçus), zona onde ocorre, simultaneamente, uma grande concentração de outras ocorrências patrimoniais, de carácter arqueológico.	- existência de 1 ocorrência patrimonial- Igreja de N. Sra da Graça (pesquisa bibliográfica e relocalização em trabalho de campo).

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Tabela 4.4 – Síntese das condicionantes das alternativas e respetivos graus de restrição- Ordenamento do Território

Condicionante		Corredor	Grau de restrição		
			Fortemente condicionante/ impeditivo	Restritivo	Sem restrições
Ordenamento do território	Espaços agrícolas (**PDM de SMFeira)**	Norte		X	
	Espaços florestais de produção (**PDM SMFeira**)	Norte/Centro/Sul		X	
	Estrutura Ecológica municipal (**PDM SMFeira**)	Centro/ Sul		X	
	Espaço urbano de baixa densidade (**PDM SMFeira)**	Norte			X
	Espaço Urbano residencial urbanizado/urbanizável (**PDM SMFeira)**	Norte/Centro/Sul			X
	Espaço de Uso Especial (**PDM SMFeira)**	Sul	X (ver nota 1)		
	Espaço de Atividades Económicas (**PDM SMFeira)**	Sul		X	
	Espaço de Exploração de Recursos Geológicos – Pedreira (**PDM SMFeira)**	Centro	X		
	Espaço Florestal (**PDM de Arouca)**	Norte/Centro		X	
	Espaços agrícolas comuns (**PDM de Arouca)**	Norte		X	
	Espaço urbano-Outros aglomerados (**PDM de Arouca)**	Norte/Centro		X	
	PU Escariz e UOPG (**Arouca)**	Norte (interferência marginal)/Centro	X (ver nota 2)	X (espaços agrícolas e florestais)	
	Espaço Florestal produção (**PDM Oliveira de Azeméis)**	Centro/sul	X		
	Espaço Exploração Recursos geológicos (**PDM Oliveira de Azeméis)**	Centro	X		
	Espaço urbano residencial (**PDM Oliveira de Azeméis**)	Sul			X
	PU da ZI de Nogueira/UOPG (**Oliveira de Azeméis)**	Sul	X (ver nota 3)		
	Espaço industrial (**PDM de Vale de Cambra)**	Centro			X
	Espaço Florestal produção (**PDM de Vale de Cambra)**	Sul		X	
	Espaço de equipamento (**PDM de Vale de Cambra)**	Sul	X (ver nota 4)		

Nota 1- Impedimentos de ocupação por apoios

Nota 2- Atravessamento de Espaço de atividade económica associado ao PU de Escariz-Fermedo, mas corredor livre suficiente

Nota 3 - Atravessamento de UOPG/área afeta ao PU da zona industrial de Nogueira de Cravo/Pindelo, mas com corredor livre suficiente

Nota 4 - Interferência marginal, no limite do corredor.

Tabela 4.5 – Síntese das condicionantes das alternativas e respetivos graus de restrição- Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Condicionante		Corredor	Grau de restrição		
			Fortemente condicionante/ impeditivo	Restritivo	Sem restrições
Condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública	Captações de Águas Subterrâneas	Norte/Centro/Sul	X		
	Categorias de REN interditas para linhas	Sul	X (ver nota 1)		
	RAN	Norte/Centro		X	
	Faixa de servidão de via de acesso à AE	Sul	X (ver nota 1)		
	Faixa de reserva de via	Norte/Centro/Sul	X		
	Rede Elétrica	Norte/Sul		X	
	Rede Rodoviária Nacional e Regional	Norte/Centro/Sul		X	
	Estradas e Caminhos Municipais	Norte/Centro/Sul		X	
	Áreas de concessão mineiras	Sul	X (ver nota 2)		
	Marcos Geodésicos	Sul		X	
	Pontos de água	Sul (CF)		X (ver nota 3)	
	Estação da rede SIRESP	Sul	X (ver nota 4)		

Nota 1 - A categoria de REN impeditiva (escarpas), em conjunto com faixa de servidão de via de acesso à Autoestrada, e a presença de um espaço urbano deixa corredor livre com cerca de 55m

Nota 2 - Não identificadas e confirmadas pela DGEG

Nota 3 - O corredor interfere com a zona alargada de proteção, mas há corredor livre com cerca de 300 m

Nota 4- O corredor interfere com a zona de proteção, mas há corredor livre com cerca de 300 m

10 RESTRIÇÕES FORTEMENTE CONDICIONANTES E/OU IMPEDITIVAS A SUL

2 RESTRIÇÕES FORTEMENTE CONDICIONANTES E/OU IMPEDITIVAS A SUL

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Tabela 4.11 – Análise comparativa dos corredores

Corredor	Norte	Centro	Sul
Extensão (km)	8 500	7 960	12 038
Ocupação do solo e Socioeconomia	Aglomerados populacionais e habitações dispersas no interior do corredor. Grande proximidade a habitações/aglomerados populacionais, nos concelhos de Santa Maria da Feira e Arouca: • Entre Carvalhal e Oliveira • Zona de Tanhel • Zona de Orvida • Zona de Covelas/Belece	Aglomerados populacionais no interior do corredor. Grande proximidade a habitações /aglomerados populacionais nos concelhos de Santa Maria da Feira e Arouca: • Zona de Portela • Zona de Lameiros, Londral e Cimo de Inha • Zona de Caçus/Alagoas	Aglomerados populacionais no interior do corredor. Proximidade a habitações/aglomerados polulacionais nos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis: • Duas Igrejas/Casal do Monte • Romariz • Fafião/Mouquim • Cimo de Vila Proximidade a indústrias isoladas Existência de um equipamento (campo de tiro) que ocupa grande parte da largura do corredor (mas com espaço livre suficiente para a linha)
Património	Existência de 1 ocorrência patrimonial no interior do corredor (kgreja)	Presença de ocorrências patrimoniais no interior do corredor; Presença de uma ocorrência patrimonial classificada (Dólmen 1 da Aliviada, em Arouca, junto a Caçus) zona onde ocorre, simultaneamente, uma grande concentração de outras ocorrências patrimoniais, de carácter arqueológico.	Existência de 1 ocorrência patrimonial no interior do corredor (igreja)
Ecologia	Presença de sobreiros (espécie com estauto de conservação)	Presença de sobreiros (espécie com estauto de conservação)	Presença de sobreiros (espécie com estauto de conservação); Presença dos habitats 9230 (pequena mancha dentro do corredor) e 92A0 (mancha ao longo do rio Antuã).
Condicionantes	Atravessamento de áreas de RAN Presença de captações subterrâneas Atravessamento de faixa de reserva de via Atravessamento de linha da EDP	Presença pontual de áreas de RAN Presença de captações subterrâneas Atravessamento de faixas de reserva para vias Presença de áreas de REN associadas a linhas de água	Presença de uma categoria de REN impeditiva; Presença de um posto de vigia; Presença de captações subterrâneas; Presença de um vértice geodésico; Atravessamento de faixas de reserva a novas vias que no concelho de Santa Maria da Feira ocupa a totalidade do corredor; Vários atravessamentos de linhas da EDP de 60kv e presença de linha de 60kv ao longo do corredor; Atravessamento de áreas de concessão mineiras (Nota 1)
Outros fatores relevantes		O final do corredor coincide com uma área onde se regista uma grande concentração de monumentos megalíticos (conjunto megalítico), sendo um deles classificado (Dólmen 1 da Aliviada).	

Nota 1: informação LNEG e PDM de Santa Maria da Feira, embora não assinaladas pela DGEG.

ALTERNATIVA SUL
(o que a Alternativa Norte não tem!)

→ Mais proximidade de habitações/aglomerados populacionais

Mais proximidade a indústrias

Passagem pelo campo de tiro

→ Sobreiros e habitats

→ Presença de categoria de REN impeditiva

Atravessamento de linhas da EDP

Atravessamento de áreas de concessão mineiras

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

4.2.4 Corredor selecionado para EIA da 2ª fase

Tendo em conta o exposto na tabela acima, considera-se que os 3 corredores estão em relativo pé de igualdade no que se refere à maior parte das grandes condicionantes analisadas, à exceção das condicionantes relacionadas com o património. Neste domínio, o Corredor Centro é altamente desfavorável, comparativamente com os outros dois, em particular no seu troço final, pelos motivos que se passam a expor:

- Presença de várias ocorrências patrimoniais no interior do corredor;
- Presença de uma ocorrência patrimonial classificada (em Arouca, junto a Caçus) zona onde ocorre, simultaneamente, uma grande concentração de outras ocorrências patrimoniais, de carácter arqueológico.

Note-se que o final do corredor coincide com uma área onde se regista uma grande concentração de monumentos megalíticos. Se este tipo de monumentos funerários apresenta um valor patrimonial relevante quando surgem isolados ou em pequenos grupos, neste caso em particular o seu grande número concentrado numa reduzida área confere a estes um valor de conjunto ainda mais relevante. Trata-se de uma situação em que mais do que a afetação física, que apesar de poder ser evitada num projeto desta natureza, nomeadamente através da alteração do local de implantação de apoios, pode registar-se uma afetação visual deste valor de conjunto. Neste caso, a mitigação de impactes associada à deslocação pontual de apoios pode não ser considerada suficiente pela tutela. Deve-se, pois, numa perspetiva cautelar, equacionar a possibilidade desta solução não ser aceite pela tutela, sob o argumento de ocorrerem significativos impactes visuais sobre o conjunto megalítico.

Já no que se refere ao corredor norte, verifica-se que, em comparação com o corredor sul:

- Tem uma menor extensão;
- Regista sensivelmente as mesmas afetações, em matéria de uso do solo, património e ecologia;
- Contudo, tem uma muito maior proximidade a habitações/aglomerados populacionais do que o corredor sul.

Deste modo, face à muito maior proximidade a usos do solo sensíveis, preconiza-se que seja considerado como preferencial o corredor Sul, para efeitos da fase seguinte, sendo então objeto de análise mais fina que suporte uma seleção rigorosa do traçado que se revelar ambientalmente mais favorável.

→ **Em pé de igualdade como!?Porquê!?**

Como é possível afirmar isto, depois de todas as informações prestadas anteriormente!?

→ **Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras!**

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

PASSAGEM BEM PERTO DE CASAS DE MILHEIRÓS DE POIARES E ZONA INDUSTRIAL DE ROMARIZ…

Efetua-se, de seguida, um breve enquadramento da área envolvente à zona do traçado da linha com recurso a algumas fotografias.

Na figura anterior é evidente a aproximação a aglomerados urbanos, como é o caso da localidade de Gaiate.

Figura 5.15 – Vista para uma unidade industrial nas imediações da linha elétrica

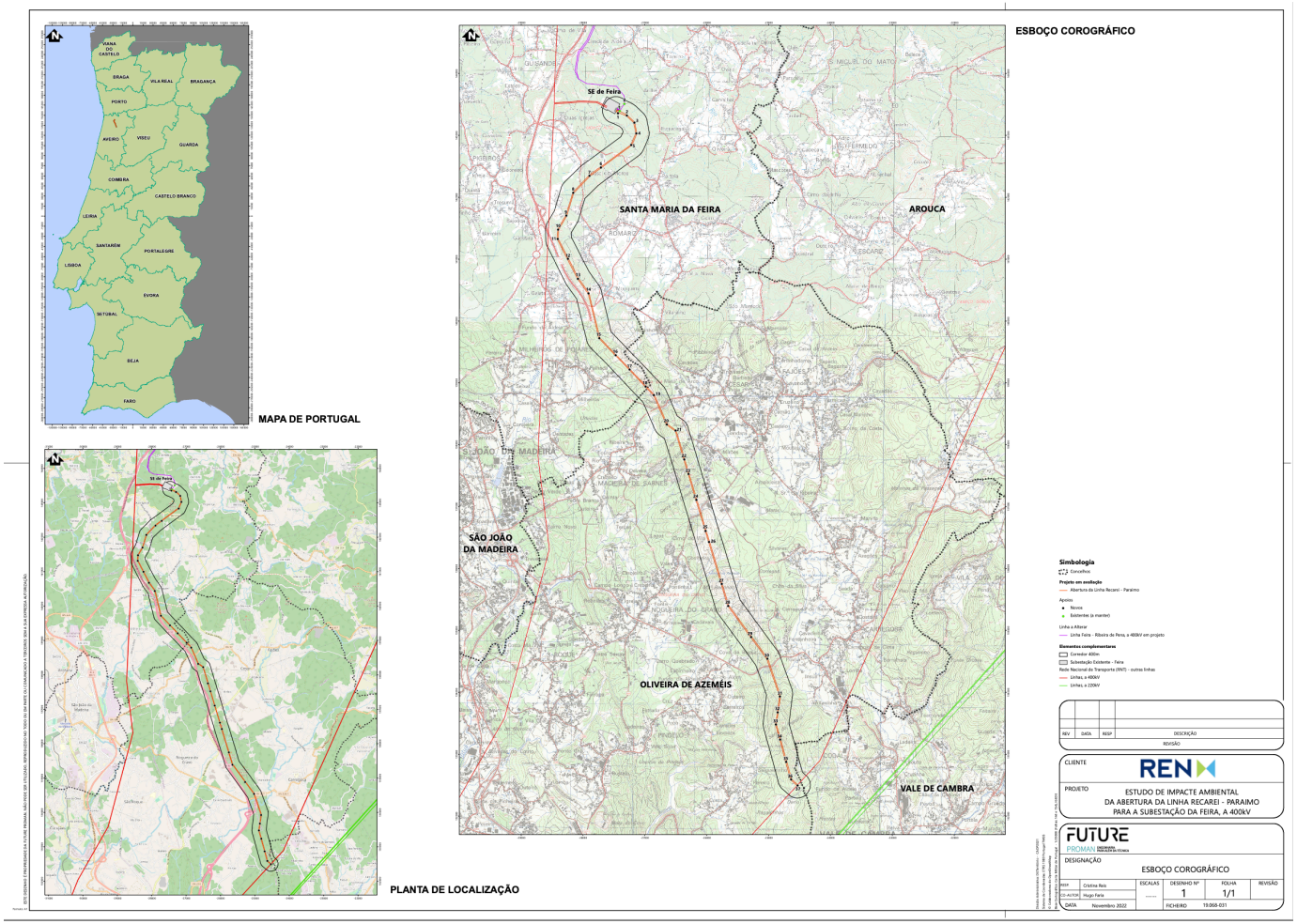
A envolvente do traçado da linha é igualmente ladeada por algumas unidades industriais e espaços comerciais.

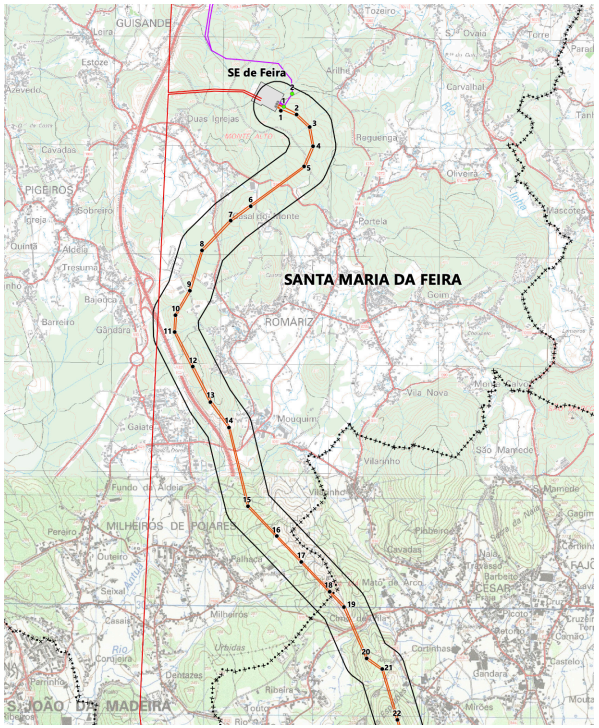
Figura 5.16 – Vista sobre o corredor da linha

eas florestais predominam no corredor da linha em estudo, intercaladas por áreas agrícolas.

uma, na envolvente ao traçado da linha predominam os aglomerados urbanos, mesmo que de ação dispersa e contínua, áreas industriais e áreas agrícolas e sobretudo áreas florestais.

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?





18/37 apoios/postes de alta tensão serão colocados em Romariz e Milheirós de Poiares (corresponde a 49% dos apoios em toda a linha)

ALTERNATIVA NORTE COM MUITO MENOS APOIOS INSTALADOS NO CONCELHO DE SMF

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

A área de estudo global não se sobrepõe com nenhum corredor ecológico. Não foi identificado arvoredo de interesse público no corredor em análise. Contudo, existe um exemplar de camecípare-de-lawson (*Chamaecyparis lawsoniana columnaris*) a 50m do limite da área de estudo (**Error! Reference source not found.**).

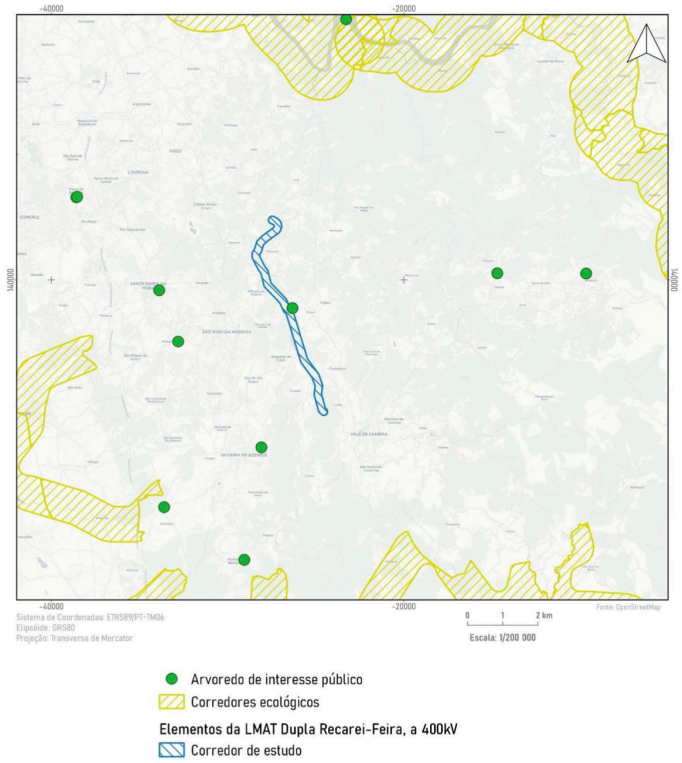


Figura 5.29 – Arvoredo de interesse público e corredores ecológicos na área de estudo global.

→ Presença de uma espécie de interesse público muito próxima do corredor em estudo

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

Figura 5.31 – Localização das espécies RELAPE identificadas na área de estudo da LMAT Recarei-Feira, a 400kV.

De entre as espécies elencadas para a área de estudo destacam-se 21 espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção), correspondendo a cerca de 8,3% do elenco florístico (**Error! Reference source not found.**). De entre as espécies RELAPE contam-se 16 e ndemismos ibéricos. Uma das espécies RELAPE elencada está listada nos Anexos II e IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro (martelinhos [*Narcissus cyclamineus*]); e outra espécie (gilbardeira [*Ruscus aculeatus*]) encontra-se listada no Anexo V do mesmo Decreto-Lei. Uma das espécies RELAPE (sobreiro [*Quercus suber*]) consta do Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho. É ainda de referir uma espécie (azevinho [*Ilex aquifolium*]) que se encontra protegida de acordo com o Decreto-Lei n.º 423/89 de 4 de dezembro (**Error! Reference source not found.**).

É de referir que três das espécies elencadas para a área de estudo se encontram ameaçadas[7] de acordo com a Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental (Carapeto *et al.*, 2020):

- Duas espécies encontram-se classificadas como "Vulneráveis": *Narcissus cyclamineus* e *Selinum broteri*;
- Uma espécie encontra-se classificada como "Em perigo": *Lychnis flos* (**Error! Reference source not found.**).

A presença de três espécies RELAPE foi confirmada na área de estudo: borrazeira-branca (*Salix salviifolia* subsp. *salviifolia*), tojo-arnal (*Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus*) e sobreiro. O sobreiro ocorre de forma muito pontual, o tojo-arnal ocorre em áreas de matos e a borrazeira-branca está presente apenas em algumas linhas de água que atravessam o corredor de estudo (**Error! Reference source not found.**).

↓

Presença de espécies ameaçadas!

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

3.2.6.1 Construção da linha

As atividades necessárias à construção de linhas elétricas encontram-se bastante tipificadas, existindo pequenas variações relacionadas com os elementos técnicos específicos de cada infraestrutura, nomeadamente o tipo de apoios. Habitualmente, a fase de construção envolve as seguintes atividades:

Em fábrica:

- Fabrico dos apoios, cabos, isoladores e acessórios

Localmente:

- Instalação do(s) estaleiro(s) e parque(s) de material(is) – a localizar habitual e preferencialmente em locais previamente infraestruturados existentes na proximidade das linhas.
- Reconhecimento, sinalização e abertura dos acessos – Sempre que possível são utilizados ou melhorados os acessos existentes. A abertura de novos acessos é acordada com os respetivos proprietários, sendo tida em conta a ocupação dos terrenos, a época mais propícia (após as colheitas, por exemplo). A dimensão máxima normalmente necessária para um acesso implica a passagem de grua para montagem dos apoios, e corresponde a cerca de 4 m de largura. Esta atividade é realizada com o recurso a retroescavadoras.
- Desmatação – A desmatação e abate de arvoredo ocorre apenas na envolvente dos locais de implantação dos apoios, numa área que oscila entre 100 e 200 m^2, variando de acordo com as dimensões dos tipos de apoio a utilizar e da própria densidade da vegetação. Numa área de cerca de 400 m^2, em caso de povoamentos florestais cerrados, ocorre o abate de arvoredo, com o recurso a motosserras, de forma a permitir manobrar a maquinaria necessária.
- Abertura da faixa de proteção – É constituída uma faixa de proteção com 45 m de largura máxima, limitado por duas retas paralelas distanciadas 22,5 m do eixo do traçado, onde se procede ao corte ou decote das árvores para garantir as distâncias de segurança exigidas pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro (Regulamento de Segurança de Linhas de Alta tensão – RSLEAT). Habitualmente no estabelecimento da servidão, procede-se à desflorestação apenas no caso de povoamentos de eucalipto ou de pinheiro-bravo. As restantes espécies florestais, caso seja possível, serão somente objeto de desbaste seletivo ou eventual decote para cumprimento das distâncias mínimas de segurança. Esta atividade é realizada com o recurso a motosserras.
- Transporte e depósito temporário, na zona de construção, dos apoios, cabos, isoladores e acessórios.
- Trabalhos de topografia – Estes trabalhos incluem a piquetagem e marcação de caboucos dos apoios.
- Abertura de caboucos – Esta atividade é realizada com o recurso a retroescavadoras e a circulação de maquinaria ocorre na área de cerca de 400 m^2, na envolvente do local de implantação do apoio. A escavação limita-se aos caboucos, cujo dimensionamento é feito, caso a caso, de acordo com as características geológicas dos locais de implantação do apoio.
- Construção dos maciços de fundação e montagem das bases – Inclui a instalação da ligação à terra. Envolve operações de betonagem no local, com recurso, normalmente, a betão pronto. Esta atividade é realizada com o recurso a betoneiras e desenvolve-se na área de cerca de 400 m^2, na envolvente do local de implantação do apoio. As fundações são constituídas por maciços de betão independentes e a sua área enterrada não é passível de tipificação atendendo que o seu dimensionamento é feito, caso a caso, de acordo com as características geológicas dos locais de implantação.
- Montagem ou colocação dos apoios e isoladores – Inclui o transporte, assemblagem e levantamento das estruturas metálicas, reaperto de parafusos e montagem de conjuntos sinaléticos. As peças são transportadas para o local e levantadas com o auxílio de gruas. Esta atividade desenvolve-se dentro da área de cerca de 400 m^2, na envolvente do local de implantação do apoio.
- Montagem de cadeias e colocação dos cabos e montagem de acessórios – Inclui o desenrolamento, regulação, fixação e amarração dos cabos condutores e de guarda. Esta atividade é realizada com os cabos em tensão mecânica, assegurada por maquinaria específica (equipamento de desenrolamento de cabos em tensão mecânica) e desenvolve-se na área de cerca de 400 m^2, na envolvente do local de implantação do apoio ou a meio vão da linha. No cruzamento e sobrepassagem de obstáculos tais como vias de comunicação, linhas aéreas, linhas telefónicas, etc. são montadas estruturas porticadas, para sua proteção, durante os trabalhos de montagem.

Associados à construção há a considerar, como atividades passíveis de induzir impactes ambientais:

- A instalação dos estaleiros e parques de máquinas;
- O estabelecimento, quando necessário, de acessos provisórios aos locais de montagem dos apoios;
- A abertura da faixa de proteção, na qual se realiza o abate ou decote do arvoredo suscetível de interferir com o funcionamento das linhas.

PORQUÊ A ALTERNATIVA A SUL?

3.2.6.1.8 Efluentes, resíduos e emissão de ruído previsível

Na fase de construção da linha prevê-se a produção dos seguintes tipos de efluentes, resíduos e emissões:

Efluentes líquidos

- Águas residuais sanitárias produzidas nas instalações sociais dos estaleiros que vierem a ser instalados. O projeto prevê que venham a ser adotadas estruturas amovíveis para a recolha de águas residuais geradas, quando não for possível a construção de instalações sanitárias ligadas à rede;
- As atividades de reparação dos veículos e equipamentos utilizados na obra, incluindo os ligeiros são, por imposição da REN, S.A., realizadas fora do estaleiro, em oficinas próprias e licenciadas para o tratamento dos hidrocarbonetos e óleos usados, aqui apenas se precavendo situações inesperadas. Serão armazenadas pequenas quantidades de hidrocarbonetos (combustíveis para equipamentos e óleo descofrante, essencialmente) mas não serão armazenados óleos usados no estaleiro, reduzindo assim, a ocorrência de eventuais contaminações acidentais, decorrentes da utilização destas substâncias.

Emissões sonoras

- Emissão de ruído em resultado das operações de escavações para abertura de caboucos, da circulação de veículos e maquinaria de apoio à obra e do transporte de materiais;
- Emissão de ruído das atividades de construção dos maciços de fundação, da implantação dos apoios e da colocação dos cabos condutores.

Emissões gasosas

- Poeiras resultantes das operações de escavação para abertura de caboucos, da circulação de veículos de apoio à obra sobre os caminhos e vias não pavimentadas, e do transporte de materiais;
- Gases de combustão emitidos pelos veículos e maquinaria na circulação pelos locais da obra.

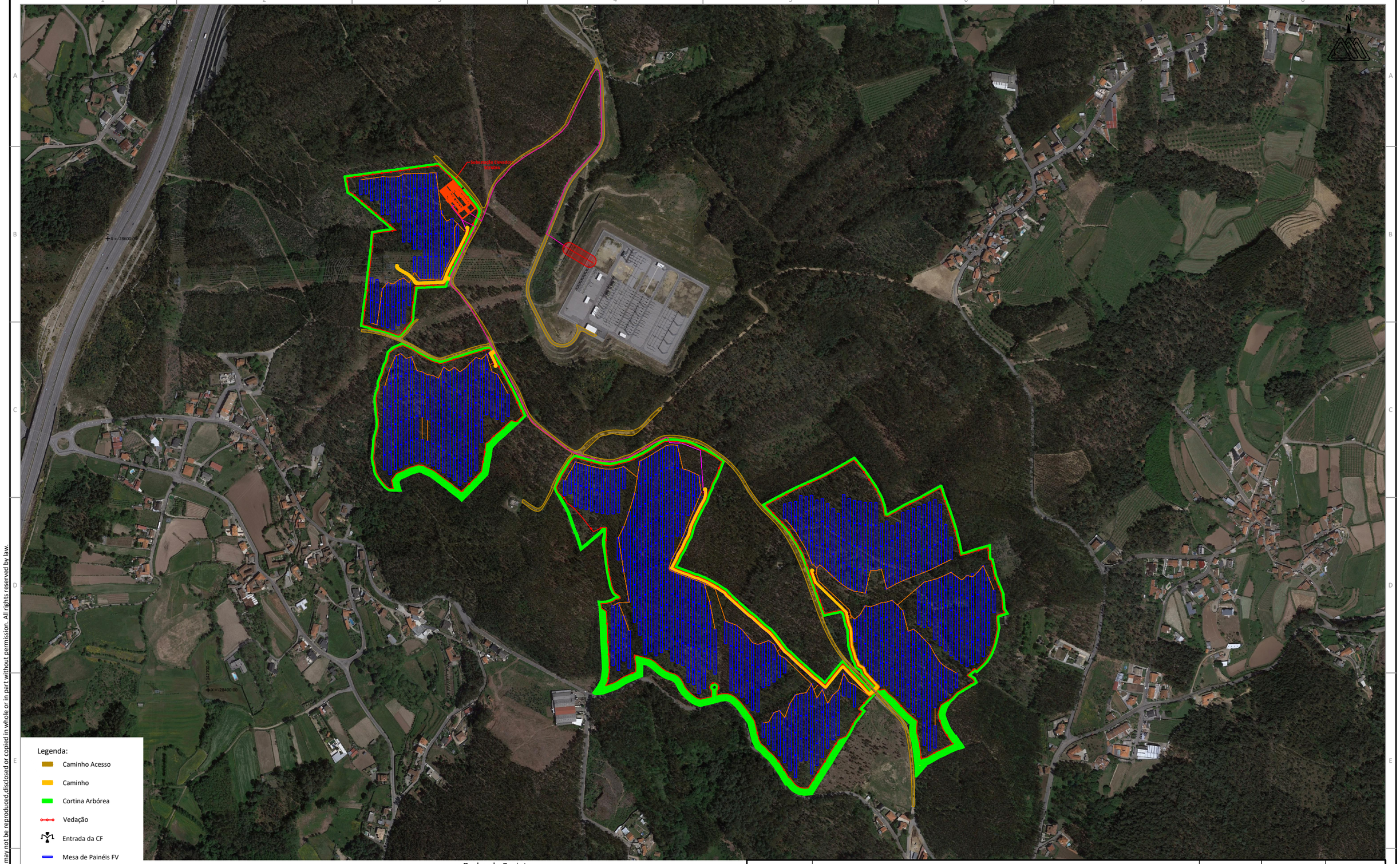
Resíduos

- Arrastamento de sedimentos para linhas de água na sequência de operações de escavação;
- Produção de resíduos sólidos urbanos no estaleiro, nomeadamente papel usado, resíduos de embalagens de plástico;
- Produção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), nomeadamente resíduos de embalagens de madeira, resíduos de peças rejeitadas tais como porcas, parafusos e anilhas, e resíduos das atividades de serralharia de apoio à construção, nomeadamente limalhas e aparas metálicas, escórias de eventuais soldaduras, pequenos troços de cabo de aço e de alumínio, de varões e de chapas de aço.

Os principais impactes negativos originados pela fase de construção da linha elétrica prendem-se com a ocupação direta do solo pelos apoios e acessos novos, com a potencial afetação de habitats e biótopos, vegetação e avifauna, bem como a intrusão visual, degradação local da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído.

↓

Conclusão do estudo de impacte ambiental



Legenda:

- Caminho Acesso
- Caminho
- Cortina Arbórea
- Vedação
- Entrada da CF
- Mesa de Painéis FV
- Valas de Baixa Tensão
- Valas de Média Tensão
- Posto de Transformação
- Subestação Elevadora
- Linha de Interligação Subterrânea - Subestação
- Linha de Interligação Aérea - Subestação

Dados do Projeto:

Potência Pico:	20 277	kWp
Potência Nominal:	18 495	kVA
Nº Painéis FV:	36 868	
Nº de Mesas:	488	
Potência Painel FV:	550	Wp
Nº de Inversores:	9	
Potência por Inversor:	2 055	kVA
Área Considerada:	44,6	ha
Perímetro:	6 730,2	m

VERSÃO	MOTIVO DA REVISÃO	DESENHADO	VERIFICADO	DATA
-	-	-	-	-

CLIENTE:	Quadrante Solene, Unipessoal, Lda.	DESENHADO:	João Esteves
PROJETO:	CF Romariz	PROJETO:	Comunicação Prévia
		VERIFICADO:	Rogério Pinto
LOCALIZAÇÃO:	Romariz, Santa Maria da Feira	DATA:	08.03.2023
NOME DO DESENHO:	Planta de Implantação	ESCALA:	1:7.000
		PROJETO Nº:	T.3051.PT20009
		FORMATO:	A3
		DESENHO Nº:	IMP_02

tripleWatt Your partner for energy

This drawing is property of Triplewatt, Lda and may not be reproduced,disclosed or copied in whole or in part without permission. All rights reserved by law.

santa maria da feira câmara municipal

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

número interno	**data**	**Páginas**
02/2023/AF/DP/	2023/06/15	Página **1** de **12**

assunto

CONSULTA PÚBLICA - Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV

origem	**destino**
Ana Ferreira Chefe de Divisão de Planeamento	Vereadora Ana Ozório
	Despacho Concordo com o teor da presente informação técnica, pelo que salvaguardadas as observações expostas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e as que se expressam por contributo e manifestação das populações, empresas, junta de freguesia e associações da freguesia de Romariz, emito parecer favorável condicionado às alterações sugeridas Assinado por: **ANA CRISTINA PREGO SIMÕES OZÓRIO** Num. de Identificação: 09879011 Data: 2023.06.15 16:27:14+01'00' CARTÃO DE CIDADÃO

Dada relevância e as implicações que os traçados da Rede Elétrica podem provocar no território de Santa Maria da Feira, sujeitas a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, com especial incidência nas freguesias de Milheirós de Poiares e Romariz, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira expõe um conjunto de considerações quanto a algumas questões que se mostram essenciais face ao desenvolvimento do território e às preocupações das populações, que mais diretamente serão afetadas com a implementação desta Linha Elétrica e seus impactos.

O processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em análise incide sobre o projeto de execução da Linha Recarei - Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV.

A realização deste projeto é da responsabilidade da REN – Rede Elétrica Nacional, SA, depois de licenciado pela Direção – Geral de Energia e Geologia (DGEG), com parecer favorável da Agencia Portuguesa de Ambiente (APA)

O traçado da linha, no corredor sul, no concelho de Santa Maria da Feira, atravessa áreas classificadas no PDM em vigor, como Espaços Florestais, Espaço de Atividades Económicas e Espaços Urbanos que a rodeiam, alguns dos quais, no processo de revisão do PDM em curso e por referência aos critérios de classificação e reclassificação do solo impostos pela lei, serão reclassificados como Solo Rústico.

Embora se afirme que os valores limite de exposição ao ruido e aos campos eletromagnéticos derivados estão em conformidade com a legislação aplicável, para mitigar os efeitos/impactes na saúde humana, a construção e exploração desta infraestrutura deverá mobilizar o conhecimento cientifico mais progressista e os melhores recursos tecnológicos.

O projeto terá, também, efeitos negativos e permanentes na área a ocupar pelos apoios das catenárias. A implantação destes apoios na área classificada como Espaço de Atividades Económicas, compromete a construção das unidades empresariais previstas e, face às restrições de ocupação do solo exigidas pelo regulamento de Segurança de linhas Elétricas de Alta Tensão atualmente em vigor, deve ser estudada uma solução que garanta o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança da flecha máxima, de modo a que o apoio que recai sobre a frente urbana de Espaço de Atividades Económicas de Romariz (ver Figura 1) possa ser desviado cerca de 70 metros para Nordeste, de forma a não comprometer a edificabilidade prevista neste espaço e não comprometer igualmente o espaço de equipamento adjacente (estádio do Romariz FC).

Neste seguimento, considera-se igualmente relevante alertar para outras questões que seguidamente se expõem.

Verifica-se que o EIA não prevê medidas de minimização durante a fase de exploração.

Considerando que as ações de desmatação, desarborização, escavações e terraplenagens previstas irão conduzir à destruição de espécimenes de flora, que embora a maioria corresponda a espécies de baixo valor ecológico e algumas de cariz exótico invasor, foram também identificadas espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) coma o tojo-arnal, borrazeira-branca e sobreiro, podendo o impacte de destruição destas espécimenes de flora, ser significativo.

A abertura de uma faixa de proteção da linha elétrica, que consiste numa faixa de 45m (22,5m para cada lado do eixo da linha), ira permitir a proliferação das espécies invasoras, que poderão passar a ocupar também as áreas onde antes se encontravam espécies RELAPE e áreas adjacentes à faixa de proteção.

Assim, sugere-se que seja considerada a implementação de um Plano de Gestão de Espécies Invasoras, também na fase de exploração, considerando as particularidades de cada local.

Por outro lado, também ao nível dos recursos hídricos superficiais, uma vez que a implementação do projeto atravessa algumas linhas de água, verifica-se a necessidade de

prever medidas de minimização também na fase de exploração. Considerando que este tipo de atravessamentos nas linhas de agua, provocam, por norma, uma fratura no corredor ribeirinho com impacto na biodiversidade da galeria ripícola, sugere-se que seja previsto a implementação de um piano de gestão destas zonas de atravessamento ribeirinho, na fase de exploração, por forma a minimizar este efeito fraturante.

Alerta-se também para o facto da existência de uma praia fluvial a jusante do projeto, Praia Fluvial da Mamoa, no rio UI, Milheirós de Poiares. Esta água balnear e anualmente sujeita a monitorização, entre os meses de junho e setembro. Conforme referido no presente estudo, as atividades de desmatação e decapagem da zona de instalação dos apoios e o abate de espécies arbóreas nas zonas onde e necessário garantir as distâncias de segurança as linhas (faixa de proteção) poderão contribuir para um acréscimo de fenómenos erosivos e, consequentemente para um potencial aumento de transporte de partículas de solo para as linhas de agua mais próximas. Assim, considerando que o rio UI e uma das linhas de água atravessada pelo projeto a montante da praia fluvial, deverão ser garantidas medidas de minimização específicas no período do verão, no sentido de não colocar em causa a época balnear.

As considerações feitas têm em conta a experiência de outras infraestruturas idênticas existentes no concelho e cujo impacto, relativo aos aspetos mencionados, tem sido elevado.

É também de ressalvar que este município se encontra a manifestar a sua posição em concordância com as manifestações/preocupações dos munícipes, das associações representativas das freguesias e as das Juntas de Freguesia dos territórios que mais diretamente serão afetadas com a implementação desta Linha elétrica. Neste seguimento, segue em anexo à presente informação, as posições/contributos da Junta de Freguesia de Romariz, das associações da mesma freguesia, passo a citar: Escuteiros – agrupamento 1048; Romariz F.C.; Caminharte Romariz e Voltado a Poente e da empresa Grupo MF&A.

Em termos globais, desde que salvaguardadas as observações expostas e as que seguem em anexo, emitimos parecer favorável condicionado às alterações sugeridas.

NOTA: anexa-se os contributos da Junta de Freguesia de Romariz, das associações de Romariz e da empresa Grupo MF&A

Assinado por: **ANA ISABEL SOARES FERREIRA**
Num. de Identificação: 10519781
Data: 2023.06.15 16:21:06+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

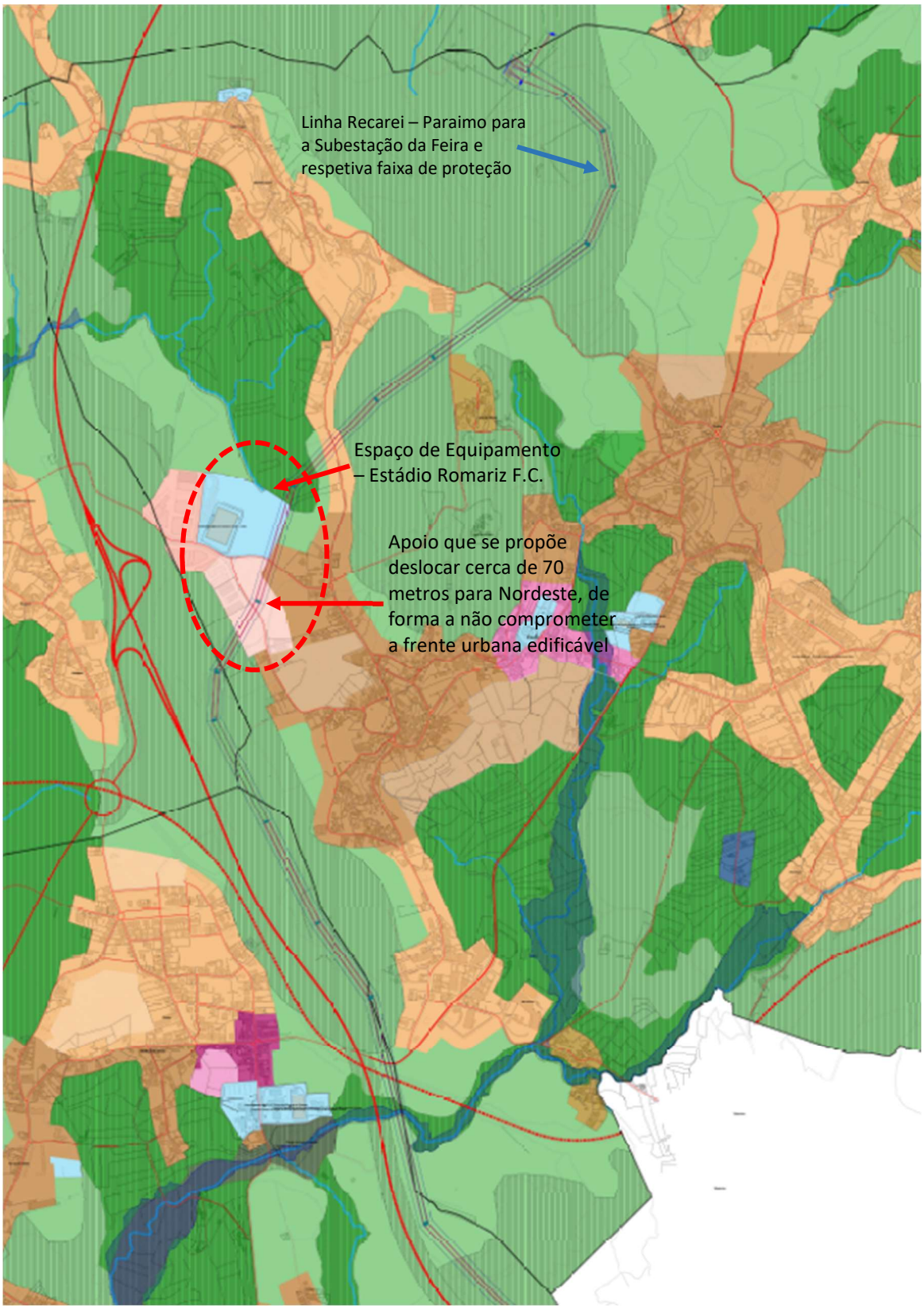


Figura 1 – Extrato da Planta da Classificação do Solo do PDM de Santa Maria da Feira, em vigor, sobrepondo a Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira

Junta de Freguesia de Romariz

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal

2610-124 Amadora

Assunto: Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV." – Consulta Pública.

No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV" em Consulta Pública, vimos por esta via participar no processo supracitado. A Futura linha muito alta tensão Recarei-Paraimo, será uma infra-estrutura que trará impactos muito negativos e irreversíveis a Freguesia de Romariz e Concelho de Santa Maria da Feira.

O desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentável deve estar devidamente estruturado num correcto ordenamento do território, responsabilidade do Governo e das autarquias locais. É igualmente na Lei Fundamental da República Portuguesa que está definido o dever do Estado de proteger o meio ambiente e assegurar o correcto ordenamento do território, alínea e) artigo 9º. O direito à propriedade está igualmente consagrado na Constituição da República, todos os actos praticados pelo Estado ou empresas por si tuteladas devem ter em conta esse direito respeitando sempre as disposições legais, assim como eventuais efeitos no património, quer privado quer público, que possa ser afectado ou desvalorizado por projectos de linhas de alta tensão. Sendo considerada uma das Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira com um dos maiores patrimónios naturais do concelho, a Freguesia de Romariz possui uma diversidade de fauna e flora importante, com inúmeros recursos hídricos. Conforme o atlas do concelho de Santa Maria da Feira, Romariz é das freguesias que apresenta maiores indices de precipitacao entre 1600mm e 2000mm de media anual, razão pela qual nasce o Rio Uima, afluente do Rio Douro cuja implantação da rede esta situada a uns escassos metros da sua nascente, para alem de o Rio UL receber varias linhas de agua imediatamente a jusante a sub - estação (Monte Alto) assim como varias nascentes que abastecem reservatórios de Agua da Concessionaria

IndaquaFeira que gere os serviços públicos municipais de abastecimento de água em Santa Maria da Feira.

Localiza-se na Freguesia de Romariz a estação arqueológica considerada imovél interesse publico. O Castro de Romariz é o povoado castrejo mais expressivo da região de Entre Douro e Vouga, sendo um dos principais pontos históricos e turísticos do Concelho de Santa Maria da Feira. Intervenções arqueológicas, sondagens de diagnóstico revelam que existem diversas fases, origens e evoluções de habitat onde parte da area de ocupação ainda esta por descobrir estando no monte alto imediatamente a jusante a subestação uma possivel zona com um espólio diversificado de um povoado fortificado datado do século V a.C., com ocupação até ao século I.

O relatório impacte ambiental, revela que a solução a norte seria e passo a citar "Corredor Norte tem uma extensão menor, uma adequabilidade mais elevada, muito menos restrições impeditivas, menos impacto ecológico e sem atravessamento de concessões mineiras". Sem duvida que os Concelhos mais a nascente nomeadamente Arouca e Castelo de Paiva são menos desenvolvidos, com menores índice demográficos e aglomerados populacionais, com pólos industriais de menor dimensão podendo ser alternativa mais justa e equilibrada e tendo o mesmo objectivo que será a ligação a sub-estação Paraimo. Deve ser através da correcta articulação entre as várias entidades e da utilização correcta dos instrumentos de gestão territorial que o futuro corredor da linha Recarei -Paraimo deve ser definido. O corredor deve, aproveitar linhas de expansão já existentes, evitando entrar em conflito com zonas habitacionais, industriais e de protecção ambiental. Assim, as zonas envolventes às vias viárias devem ser utilizadas preferencialmente na definição deste Plano Sectorial de Ordenamento de Linhas de Alta Tensão garantindo o ordenamento do território, o ambiente e a paisagem, a saúde das populações, bem como o direito à propriedade privada. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e a desertificação do interior, é importante salvaguardar o futuro das nossas gerações. O impacto que a linha de muita alta tensão, terá na freguesia de Romariz promoverá a desertificação da nossa freguesia, como ja tem acontecido, no lugar de Duas Igrejas, onde é atravessado por varias linhas de muito alta tensão, e tendo outra projectada, devendo ser salvaguardada as necessidades básicas da população que ainda lá reside, assim como a defesa do património de interesse cultural. Numa altura que muito se discute os recursos naturais, e o futuro das nossas gerações temos preservar e salvaguardar o

que ainda esta naturalmente como habitat natural. A freguesia de Romariz dispoe de um legado historico que nao deve ser colocado em causa com a construção desta infraestrutura.

ANEXOS:

Testemunhos das Associações Freguesia de Romariz:

Escuteiros_Agrupamento 1048

FNA_Escuteiros Adultos_Romariz

- O grupo de escuteiros de Romariz, ao ter conhecimento do projeto supracitado vem questionar a comissão de avaliação acerca dos potenciais efeitos que o mesmo possa ter na atividade desta associação. A nossa associação ao longo do ano promove um conjunto de atividades no Monte Mó, pelo que a construção de mais uma linha elétrica poderá ampliar os efeitos cumulativos que este tipo de insfraestrutura representa para o eco-sistema e saúde humana.

Romariz F.C

O Romariz F.C. é uma associação desportiva que permite a prática desportiva de vários jovens da freguesia, apoiando a autarquia e o governo central na formação humana e desportiva de jovens. São amplamente conhecidas os apoios que existem para o exercício desta atividade que em muito contribuiu para a sociedade, ao qual se juntam os diversos aumentos dos custo operacionais que se verificam ano após ano, pelo que este tipo de associações lutam diariamente para garantir a sua subsistência. A direção do Romariz F.C., ao ter conhecimento do projeto da Linha Elétrica a 400kV cuja localização atravessa o terreno contíguo ao estádio, freguesia de Romariz, Concelho de Santa Maria da Feira, vem expor o seguinte:

- Existem impactes que inviabilizam o futuro da nossa associação desportiva, dado que o terreno previsto para a expansão do nosso campo de futebol ficará em grande parte impossibilitado para esse fim.

Caminharte Romariz

A caminharte promove caminhadas e passeios pedonais pelos trilhos florestais da Freguesia. A instalação da linha 400 kv inviabilizará o futuro da nossa associação visto que a essência da nossa associação é promover a saude e bem estar. O relatório da Direcção Geral de Saúde, "Exposição da população aos Campos Electromagnéticos", de Agosto de 2007 indica como "possível que uma intensa exposição aos campos electromagnéticos possa aumentar ligeiramente o risco de leucemia infantil e que esta exposição nos locais de trabalho possa aumentar ligeiramente os riscos de leucemia e tumores cerebrais em adultos." É o princípio da precaução que impõe que estejamos atentos a estes efeitos. A própria União Europeia, através da Resolução do Conselho nº 1999/519/CR, de 12 de Julho, diz:" As medidas respeitantes aos campos electromagnéticos deverão proporcionar a todos os 3 cidadãos da Comunidade um elevado nível de protecção."

Associação Voltado a Poente

A Associação Voltando a Poente é uma Associação Cultural que tem como principal objetivo divulgar a estação arqueológica do Castro de Romariz, contribuindo para a divulgação e consciencialização da importância da preservação do património enquanto parte fundamental da identidade de Romariz enquanto povo.

Sendo assim, entende a direção desta associação que o projeto em causa versa a localização da Linha Elétrica a 400kV que atravessam uma parte substancial da freguesia de Romariz, Concelho de Santa Maria da Feira, com impacto direto no Castro de Romariz. Da análise dos documentos verifica-se:

- Existem impactes considerados pouco significativos que no nosso entender poderão ser considerados siginificativos ou mesmo muito significativos.
- Falta a referência às intrusões visuais da intervenção a partir do património classificado – Castro de Romariz, Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º34 452, DG, I Série, n.º59 de 20-03-1945, assim como a falta de referência aos planos de expansão deste espaço, podendo existir outros núcleos conforme relatos históricos.

- Património Arquitónico e Arqueológico: no corredor da linha não estão identificados, até à data, todos elementos arquitetónicos ou vestígios arqueológicos. O plano de acessos projetado terá impacto em ocorrências patrimoniais e os próprios apoios não parecem estar a respeitar a sua salvaguarda (apoio 3, ressalva-se o facto de que possa estar a cumprir o afastamento, mas durante a execução da obra se possa colocar em risco o património).

Historicamente o castro de Romariz, representa um "marco" fundamental na freguesia e concelho de Santa Maria da Feira. O enquadramento paisagístico deve ser respeitado devendo ser mantido e preservado a area sensibilidade arqueologica na area circundante.

.

Com os melhores cumprimentos,

Presidente Junta Freguesia de Romariz

_____

Engº Nuno Joel Rocha

Assinado por : **NUNO JOEL VALENTE DE SOUSA ROCHA**
Num. de Identificação: 11551373
Data: 2023.06.15 12:29:05+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

De: Pedro Oliveira <pedro_oliveira_78@hotmail.com>
Enviado: 1 de junho de 2023 02:25
Para: Municipio de Santa Maria da Feira
Assunto: Abertura da linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira

Boa tarde,

A propósito da abertura da linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira, a 400 kV venho, por este meio, após leitura cuidada de todo o relatório realizado para o efeito, pedir mais esclarecimentos quanto ao conteúdo do mesmo. Sendo eu habitante de Romariz, levanto uma série de questões:

- Tendo uma alternativa Norte e uma alternativa Sul (a passar menos em Romariz e Santa Maria da Feira), o Grupo MF&A refere, no seu relatório oficial que, e passo a citar, que "a Alternativa Sul encontra-se mais próximo de aglomerados urbanos e abrange uma área de concessão mineira , o que se traduz numa percentagem mais elevada de adequabilidade". Porque é que a escolha recaiu em sentido contrário? Porque é que a preferência da CM SMF foi a Alternativa Sul?
- Qual foi o acordo/procedimento realizado com a FERPINTA, como consta no relatório, para que o corredor fosse ajustado para oeste cerca de 1900 metros? E porquê?
- Estando 14 dos 37 novos apoios (que corresponde a cerca de 38% do número total) previstos serem construídos na nossa freguesia de Romariz, passando perto de Duas Igrejas, Casal Monte, Romariz, Reguenga e Mouquim, que tipo de vantagens pode Romariz vir a beneficiar com uma construção desta natureza, para além da melhoria da rede elétrica?
- Os pontos escolhidos para medição da exposição da população da campos eletromagnéticos, pela empresa INCOUSTICS, foram escolhidos aleatoriamente? Qual foi o critério utilizado?
- O relatório prevê “atividades passíveis de induzir impactos ambientais”. Onde irão ser instalados os estaleiros e parques de materiais em Romariz? Onde estão localizados os locais de montagem dos apoios/postes de alta tensão?
- Quais são as consequências para a saúde de quem pratica desporto no campo dos Valos, que fica dentro do corredor de 40m definido? E para as 61 habitações da freguesia de Romariz, que estão também dentro desse corredor? E para as empresas localizadas na zona industrial de Romariz? A que radiação eletromagnética estão sujeitas?
- Quais serão os impactos ambientais em Romariz, ao nível da desflorestação e abate de arvoredo? Em que zonas? Com conhecimento dos proprietários? Isto porque os 14 apoios que serão construídos em Romariz atravessam, sobretudo, área de floresta de eucalipto e/ou pinheiro-bravo.
- Qual o impacto ambiental das emissões sonoras , gasosas (poeiras e gases de combustão) e produção de resíduos que prevêem fazer, durante a fase de construção?
- Em função da passagem contínua de veículos e máquinas industriais para a realização da obra, estão previstas algumas melhorias da rede viária?

- A previsão da obra é de começar no 2º semestre de 2023 e concluir no 1º semestre de 2024. É uma data que se manterá? Quem, onde e quando se vai deferir ou indeferir esta obra, após o período de consulta pública?

  Por favor reencaminhem o email para os órgãos competentes. Aguardo resposta. Agradeço a atenção dispensada.

  Cordialmente,
  Pedro Oliveira

  Enviado a partir do Outlook para iOS

Enviado a partir do Outlook para iOS

Biond Forest fibers from Portugal

Linha Recarei-Paraimo para a Subestação da Feira

A área na qual se insere o corredor da Linha Recarei-Paraímo caracteriza-se por *"Em termos globais, o traçado da linha atravessa sobretudo áreas florestais, nomeadamente florestas de eucalipto e florestas de pinheiro-bravo"*. Segundo informações constantes na documentação colocada em consulta pública, estamos na iminência de comprometer "*com um comprimento total de 12,7 km, contempla a instalação de 40 novos apoios, que são suscetíveis de causar impactes sobre o uso do solo durante a fase de construção.",* dos quais cerca de 60% são ocupados por eucaliptais e 40% com pinhais e ainda na "*A faixa de proteção da linha elétrica, que consiste numa faixa de 45m (22,5m para cada lado do eixo da linha), implica o abate e/ou decote de árvores que possam ser suscetíveis de interferir com o funcionamento da linha, nomeadamente espécies de crescimento rápido (e.g. eucalipto, mimosa, pinheiro-bravo). Tendo em conta que, o traçado em análise atravessa maioritariamente áreas de eucaliptal (49,79ha), assim como 0,86ha de acacial e 1,76ha de pinhal;*".

Consideramos que a avaliação dos impactes cumulativos apresentados no EIA no capítulo do Solos e Uso do solo ("*Durante a fase de construção, caso as obras dos diferentes projetos ocorram em simultâneo, poderá haver uma maior afetação dos solos, pela implantação de vários estaleiros, utilização de mais caminhos e criação de mais acessos e por uma maior afetação do solo inerente à construção de áreas temporárias para apoio à obra.")*, peca por desconsiderar a atividade de gestão dos povoamentos florestais e os seus serviços de ecossistemas e não deveria ser descurada.

Salientamos que retirar floresta de produção instalada, sem quaisquer contrapartidas biofísicas de compensar as mesmas, compromete a sustentabilidade do projeto, da região em que se insere, e do país no limite. Propomos que seja revista a frase: "*Deste modo, proceder-se-á ao abate e/ou decote de espécies arbóreas, nomeadamente, as de crescimento rápido: eucalipto e pinheiro bravo, procurando minimizar o abate de espécies protegidas e árvores de fruto*" (sublinhado nosso), pois não está adaptada à definição comumente aceite do que são espécies de crescimento rápido. Adicionalmente, mas em estreita relação, a frase "*A faixa de proteção da linha elétrica, que consiste numa faixa de 45m (22,5m para cada lado do eixo da linha), implica o abate e/ou decote de árvores que possam ser suscetíveis de interferir com o funcionamento da linha, nomeadamente espécies de crescimento rápido (e.g. eucalipto, mimosa, pinheiro-bravo).",* também deve ser revista, pois a mimosa está classificada em legislação nacional como invasora e não deverá ser apresentada em conjunto com as outras duas essências florestais.

Compreendemos que "Assume-se, assim, um impacte positivo a nível nacional, considerando que o projeto, quando em pleno funcionamento, promoverá a redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) através da melhoria das condições de segurança ligadas à integração na RNT da produção por terceiros de eletricidade que, por ser de origem hidroelétrica, é na prática isenta de emissões de CO_2.", contudo gostaríamos que também fosse explicitado que sobre este assunto, é de referir que, segundo estudos efetuados para a floresta dos "países da EU + 3" (UK, Noruega e Suíça) (https://www.cepi.org/wp-content/uploads/2020/07/Cepi_-study.pdf) o acréscimo de volume anual de CO_2 armazenado pela Floresta (stock) é sensivelmente idêntico ao volume anual de emissões de origem fóssil que podem ser evitadas pelo efeito de substituição acima referido.

Associação das Bioindústrias de Base Florestal

Sede: Rua Marquês Sá da Bandeira, 74, 2.º,
1069-076 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 611 510 | biond@biond.pt

biond.pt

De facto, o que está em causa é desafetar, a longo prazo, uma área florestal para um uso não florestal. Neste longo prazo, não só o processo de aumento de stock de carbono no solo vai continuar (se a ocupação florestal se mantiver), como a própria composição do povoamento poderá vir a ser diferente da atual. Adicionalmente, deveria contabilizar a emissão de CO_2 decorrente da obrigatoriedade de gestão dos combustíveis, nestes casos com periodicidade pelo menos anual.

Colocamos como proposta a possibilidade de ser avaliada a viabilidade do enterramento da linha de modo a reduzir os impactes na paisagem e no risco de serem afetadas as infraestruturas por incêndios, bem como os custos e emissões decorrentes das sucessivas ações de controlo de matos nas faixas de gestão de combustíveis a que são obrigados por lei os gestores da rede secundária (assim classificada pela atual legislação reguladora do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais).

Sobre as soluções e justificações apresentadas no Projeto e no respetivo Estudo de Impacto Ambiental, a Biond entende dever pronunciar-se, no âmbito desta Consulta Pública, nos termos que a seguir se apresentam.

1 – Sobre outras externalidades positivas da Floresta

A Floresta fornece à sociedade um conjunto muito mais alargado de serviços de ecossistema que são igualmente relevantes, e que não são passíveis de ser fornecidos por uma Linha de energia.

Em domínios como a proteção do solo, a promoção da biodiversidade e conectividade, o contributo para a regularização dos regimes hídricos torrenciais, as amenidades paisagísticas criadas, as atividades de recreio e turismo, entre outros, o EIA é muito menos completo, não permitindo evidenciar a globalidade do valor deste conjunto de serviços de ecossistemas para a sociedade. Em particular, há um conjunto de questões que ficam por responder, entre as quais se destacam:

a) Qual o impacto da desflorestação no microclima do local?
b) Qual o impacte da desflorestação, com inclusão ou não da remoção das raízes e das camadas orgânicas no solo:
    i. Na biologia / microfauna do solo?
    ii. Na porosidade, infiltração, compactação ou erosão?
    iii. No stock de carbono (que deve considerar a produção florestal à perpetuidade), incluindo o stock no solo?
    iv. Na redução de emissões de GEE de origem fóssil, em função do efeito da utilização de produtos de origem florestal em substituição de produtos de origem fóssil?
c) Qual o impacte da desflorestação seguida de decapagem e instalação da linha no ciclo hidrológico e reposição dos níveis freáticos?
d) Qual o impacte da desflorestação na biodiversidade e fauna em particular no que respeita a abrigo, reprodução e proteção?
e) Qual o impacte da desflorestação na vida dos insetos, nomeadamente polinizadores como as abelhas?
f) Qual o impacte da desflorestação em outros serviços de ecossistema, nomeadamente recreio e turismo?

Em conclusão, a Biond alerta para o facto de que uma opção declarada (e não necessária, como veremos adiante) pela redução da área de Floresta terá sempre um conjunto de impactos negativos que, no EIA em apreciação, não foram devidamente estimados e ponderados.

2 – Sobre a localização do Projeto

A ponderação da instalação de uma Linha de transporte de energia, com os benefícios evidentes que a ela estão associados, nomeadamente a substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia mais sustentáveis, não nos pode fazer esquecer os restantes valores que podem estar em causa e que decorrem, muitas vezes, da sua localização.

Desta forma, e sem nunca colocar em causa os benefícios da produção de energia, a Biond entende que um investimento como o que é proposto poderá certamente encontrar localizações alternativas, localizações essas que não se encontrem presentemente afetas a área florestada. Mesmo na região para a qual o investimento é proposto, existem vastas áreas de incultos onde o impacte deverá ser menor.

Em súmula, a Biond propõe que os promotores do investimento proposto identifiquem localizações alternativas para o mesmo, evitando que o país incorra num custo desnecessário de desflorestação.

3 – Sobre o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aprovado pelo Governo de Portugal

O Governo de Portugal aprovou, em 2017, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. De acordo com este Roteiro, para que País possa caminhar para a neutralidade, deverá enquadrar-se entre dois cenários aí bem descritos: o "cenário camisola amarela" e o "cenário pelotão". Qualquer um destes dois cenários coloca metas bem definidas em relação à área de Floresta:

- o ritmo de rearborização deve permitir manter, de forma bem gerida, a área de Floresta existente;
- o ritmo de novas arborizações (plantação de floresta em áreas até então não florestais) deverá permitir que a Floresta cresça a um ritmo entre os 3.500 ha/ano (cenário pelotão) e os 8.000 ha/ano (cenário camisola amarela).

Ora, uma decisão como aquela que é preconizada no projeto em análise, e na forma como se encontra redigido, irá constituir um sinal completamente oposto àquele que se espera que o Estado dê. Pelo contrário, e em caso de autorização de arranque da área florestal em causa para instalação de uma linha de transporte de energia, a exigência de plantação de floresta em área pelo menos equivalente à arrancada, solidificaria o caminho assumido como necessário no RNC 2050.

4 – Em conclusão

Pelo que atrás ficou exposto, pensamos ter ficado claro que a solução de permitir subtrair área Florestal ao nosso território não encontra qualquer fundamento do ponto de vista energético, económico ou ambiental. Neste sentido, entende-se que a decisão final sobre o presente Projeto deverá:

a) em primeira instância, não autorizar o arranque da área florestal em causa para a instalação da Linha promovendo a identificação de localizações alternativas na mesma região (que existem), sem utilização florestal ativa, que permitam alcançar os mesmos objetivos de carater energético e ambiental, mesmo que com um eventual sacrifício de uma pequena parte da rentabilidade do mesmo;

b) em segunda instância, e caso não seja de todo possível considerar as localizações alternativas referidas em a), a decisão final em sede de EIA deverá impor como medida compensatória a instalação de povoamentos florestais idênticos aos que se prevê serem arrancados, em terrenos de aptidão idêntica para o tipo de exploração florestal em causa, e de dimensão pelo menos igual à área arrancada.

A Biond entende que, neste tipo de situações em que se pode justificar o arranque de Floresta, essa autorização deveria passar sempre pela exigência de plantação de uma área pelo menos igual à arrancada. Esta circunstância poderia mesmo ser mais exigente, obrigando-se os promotores à plantação de Floresta numa área superior à arrancada, como forma de promover o aumento da área florestal do País.

Não podemos deixar de destacar que seria uma boa prática nestas propostas, serem envolvidos todos os proprietários das áreas que vão ser afetadas com as infraestruturas, por exemplo, anexando declarações de conhecimento por parte dos primeiros anuindo (sem informação comercial sensível) na cedência, venda ou qualquer outro modelo das suas propriedades. Seria uma demonstração de transparência e envolvimento das comunidades locais.

Sobre a Biond:

A **Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal** é uma associação sem fins lucrativos que tem como finalidade assegurar junto de entidades e organismos, nacionais e internacionais, públicos e privados, a representação dos interesses coletivos da atividade industrial e florestal da pasta, papel e cartão e atividades afins. A Biond também tem como objetivos:

- Estimular a investigação científica técnica e tecnológica, bem como a elaboração de estudos económicos, financeiros entre outros assuntos;
- Cooperar com os organismos públicos, com as associações representativas da produção, corte e industrialização do produto florestal e com outras entidades interessadas, tendo em vista a preservação e o desenvolvimento da floresta nacional enquanto recurso sustentável;
- Desenvolver e incentivar o relacionamento com as associações estrangeiras, congéneres e com os organismos internacionais relevantes para o desenvolvimento do setor representado;
- Incrementar a formação profissional, técnica e tecnológica, designadamente através da criação de centros privativos;
- Promover e executar quaisquer outras ações ou iniciativas em defesa do setor representado.

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal

2610-124 Amadora

Data: 2023-06-15

Assunto: Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV." – Consulta Pública.

Exmº Senhor

Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV" em Consulta Pública, venho por esta via participar no processo supracitado.

O projeto em causa versa a localização da Linha Elétrica a 400kV que propõe atravessar na longitudinal um terreno pertencente à minha família. Neste sentido, venho demonstrar o meu descontentamento pelos prejuízos que possam vir a causar, designadamente pelo facto de esta situação poder contribuir para o cancelamento de um negócio que tenho estado a tratar. Saliento que o terreno em causa está classificado como solo industrial, tendo por si só um valor económico elevado e cuja linha elétrica poderá contribuir para a sua desvalorização. Como é do senso comum, o valor dos terrenos industriais é muito superior aos terrenos rústicos, e atualmente existe uma procura elevada por terrenos industriais na área metropolitana do Porto (área em que se insere o mencionado terreno), pelo que no caso de o projeto da linha elétrica persistir com o impacto, deverá ser apurado o real ressarcimento da contrapartida tendo em consideração os reais prejuízos causados.

Em suma, venho apelar para que o projeto da linha elétrica em consulta pública não tenha impacto na área industrial de Romariz, e em último caso, depois de goradas todas as alternativas, que seja acautelado o afastamento das linhas elétricas aos potenciais edifícios que venham a ser

edificados de acordo com o PDM em vigor, respeitando os devidos afastamentos de acordo com a legislação em vigor para o nível de tensão em questão.

Com os melhores cumprimentos,

Alexandrino Lopes

Exm.º Sr.º Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

Rua da Mugueira, N.º 9/9ª – Zambujal

2610-124 Amadora

Data: 2023-06-09

Assunto: Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV." – Consulta Pública.

Exmº Senhor

Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

No âmbito da consulta Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto "Abertura da Linha Recarei-Paraimo para a substação da Feira a 400kV" em Consulta Pública, vimos por esta via participar no processo supracitado.

O Romariz F.C. é uma associação desportiva que permite a prática desportiva de vários jovens da freguesia, apoiando a autarquia e o governo central na formação humana e desportiva de jovens. São amplamente conhecidas os parcos apoios que existem para o exercício desta atividade que em muito contribuiu para a sociedade, ao qual se juntam os diversos aumentos dos custo operacionais que se verificam ano após ano, pelo que este tipo de associações lutam diariamente para garantir a sua subsistência.

A direção do Romariz F.C., ao ter conhecimento do projeto da Linha Elétrica a 400kV cuja localização atravessa o terreno contíguo ao estádio, freguesia de Romariz, Concelho de Santa Maria da Feira, vem expor o seguinte:

- Existem impactes considerados pouco significativos que prejudicam e inviabilizam o futuro da nossa associação desportiva, dado que o terreno previsto para a expansão do nosso campo de futebol ficará em grande parte impossibilitado para esse fim.

No seguimento do disposto acima, somos a requerer que: